

Dossier



proTEJO

Movimento Pelo Tejo



DEZEMBRO/2017

Índice

I. Condições Ambientais	2
1. Sobre Exploração da Água	2
2. Qualidade da Água	16
3. Conectividade Fluvial	31
4. Monitorização da água superficial	33
5. Biodiversidade.....	34
6. Floresta	35
7. Assoreamento.....	36
8. Cheias e Inundações	37
9. Nuclear	38
II. Património e Cultura	42
10. Tejo: factor de identidade regional e nacional	42
11. TAGUS Universalis – Candidatura a Património da Humanidade	42
12. Os Pescadores do Tejo	43
III. Defesa do Tejo	46
13. Mobilização de Cidadãos em Defesa do Tejo	46
14. Relação com os Organismos da Administração e Governo	56
15. Prémios	57
16. Carta Reivindicativa Ibérica em Defesa do Tejo.....	58
IV. Organização.....	58
17. proTEJO – Movimento Pelo Tejo.....	58
18. Red Ciudadana por una Nueva Cultura en el Tajo/Tejo y sus Ríos	58

proTEJO - Movimento Pelo Tejo

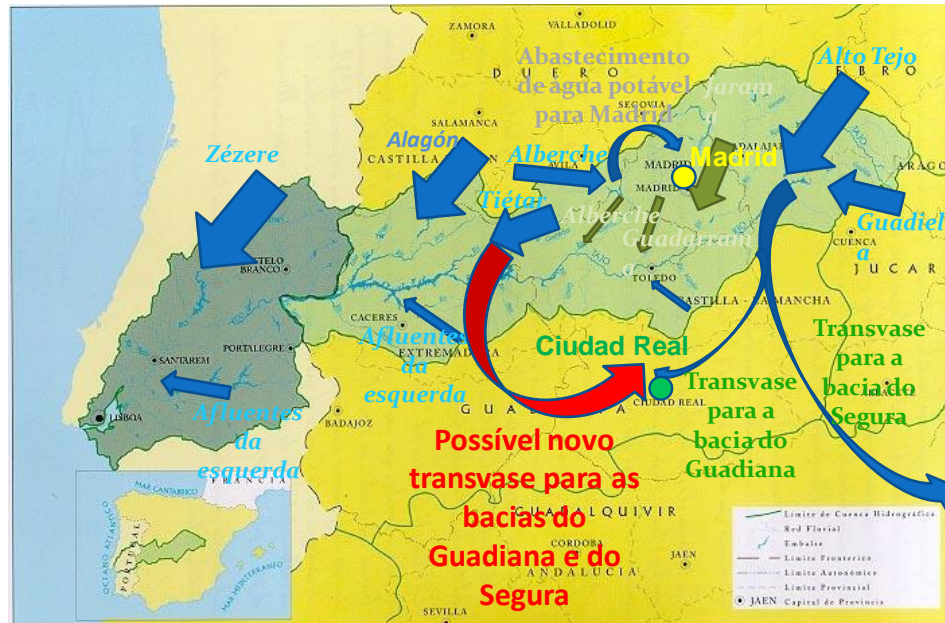
I. Condições Ambientais

1. Sobre Exploração da Água

As populações têm vindo a constatar a escassez de água e a falta de conservação do rio Tejo, que banha as vilas ribeirinhas portuguesas, e que se constata nas descidas abruptas do nível da água, no acrescido assoreamento do leito do rio, na deterioração acentuada da qualidade da água, no estrago causado em infraestruturas fluviais que ficam a descoberto, na ausência de condições para a prática de desportos náuticos, na inutilização de captações de água e nas preocupantes alterações do ecossistema face ao aumento da temperatura que resulta dos baixos caudais, como seja, a recente invasão de vegetação que vem eliminando a fauna com efeitos nefastos na pesca, gastronomia e economia local.

A. Política de Transvases em Espanha

O Tejo tem dois transvases vigentes, o Tejo - Segura que parte das Barragens Entrepeñas e Buendia (leva 80% das precipitações da cabeceira do Tejo), e o Tejo - Parque Las Tablas de Daimiel. Encontra- em construção um terceiro transvase para alimentar o Guadiana, conhecido como Tejo - Guadiana ou tubagem manchega, e um quarto transvase Tejo - Guadiana e Segura para o qual foi lançado um concurso para o estudo de viabilidade pela Junta da Extremadura.



A implementação dos 2 novos transvases, um em construção e outro em estudo de viabilidade, terá como consequência uma redução significativa do caudal do Tejo em Portugal, o que seria desastroso se considerarmos o quase inexistente caudal que hoje apresenta.

Neste domínio convém realçar que o novo transvase, a partir da barragem de Valdecañas que recebe as águas do rio Tiétar, afluente do Tejo, vai levar para Murcia e Valência as únicas águas limpas que até agora entravam no Tejo.

A. Política de Transvases em Espanha (cont)

As únicas águas que chegarão a Portugal vindas de Espanha serão as águas residuais de 7 milhões de madrilenos sem adequada depuração que entram no Tejo através do rio Jarama.



Sem as águas do Alto Tejo nem as águas do Alberche, que são águas residuais de Madrid mal depuradas, o Tejo seria um rio morto entre Aranjuez e a Estremadura.

De igual modo, sem caudais líquidos suficientes, o Tejo torna-se um rio de águas paradas e assoreado, em Santarém.



O rio Tejo é um rio morto em Talavera de la Reina



O rio Tejo é um rio sem água e assoreado em Santarém

A. Política de Transvases em Espanha (cont)

O volume de água transvasada no ano de 2015 foi de 498 hm³, um volume equivalente a 1/5 do caudal anual que Espanha acordou passar para Portugal na Convenção de Albufeira.

SITUAÇÃO NA ALBUFEIRA DE ENTREPEÑAS



2011

2016/2017

A água do Transvase Tejo - Segura é mais barata que a água dessalinizada visto ter um custo de 9 cêntimos por m³ enquanto a água dessalinizada custa 30 cêntimos por m³.

No ano de 2015 foram transvasados 498 hm³ de água pelo que os agricultores da bacia do Segura pouparam:

$$498.0000.0000 \text{ m}^3 \times (30\text{cts} - 9\text{cts}) = 104.580.000 \text{ €}$$

Além disto, a água transvasada pode ser negociada entre agricultores e outras utilizações, nomeadamente, as ligadas ao turismo e imobiliário no levante espanhol.

A1. Transvase Tejo – Segura

O Transvase Tejo-Segura é uma das maiores obras de engenharia hidráulica realizadas em Espanha. Os primeiros projetos datam de 1933 ainda que as obras não se tenham iniciado até 1966, no âmbito de projetos de desenvolvimento económico que caracterizam o planeamento económico franquista na década de 60, a obra foi dada como concluída em 1979.

Este transvase desvia a água do rio Tejo a partir das barragens de Entrepeñas (Província de Guadalajara) e Buendia (Província de Cuenca) para o rio Segura através do dique da barragem El Talave.

A gestão do transvase é realizada pelo Governo espanhol, visto ser quem tem competência sobre os rios cuja bacia afete várias comunidades autónomas, através da Comissão de Exploração do Transvase Tejo-Segura dependente do Ministério Ambiente, que é a comissão encarregada de decidir a qualquer momento a quantidade transvasável e a sua utilização, exceto se as barragens de onde parte a água (Entrepeñas e Buendia) a 1 de Julho tiverem menos de 557 hm³, caso em que a competência passa para o Conselho de Ministros que decidirá, em função das circunstâncias, aprovar ou negar transferências.



A1. Transvase Tejo – Segura (cont.)

Se as barragens da cabeceira do Tejo tiverem apenas ou menos de 240 hm³ de água não se pode transvasar a água sob quaisquer circunstâncias, porque esta água deverá garantir as procuras da bacia hidrográfica do Tejo.

Existe atualmente uma grande polémica entre as várias regiões autónomas iniciada pelo governo de Castilla-La Mancha sobre esta obra, que solicita a sua revogação em 2015, desafiando politicamente os governos Múrcia e Valência que pedem a manutenção do transvase nas suas condições atuais, e têm contado com o apoio do Ministério do Meio Ambiente do Governo de Espanha.

O transvase para a bacia do Segura desvia cerca de 2/3 das águas da cabeceira do Tejo em resultado do efeito adverso da política de transvases visto que a promessa de mais água não fez mais que aumentar a procura para níveis insustentáveis com volumes muito superiores à água disponibilizada pelo transvase.

O proTEJO considera que a atual gestão da água que está a ser realizada no Alto Tejo e, sobretudo, da gestão do transvase Tejo-Segura é incompatível com as exigências ambientais e a gestão sustentável da procura estabelecida pela Diretiva - Quadro da Água, a par do incumprimento da lei do transvase, que estipula que apenas se pode transferir o excedente do Tejo, uma vez que estejam satisfeitas a 100% as exigências da sua bacia, incluindo os créditos ambientais, visto que na maioria dos anos não se produziram estes excedentes.

[Análise de Jurisprudência do Direito ao Transvase \(espanhol\)](#)

[Concessões do transvase Tejo - Segura](#)

A. Política de Transvases em Espanha (cont)

A2. Transvase Tablas de Daimiel

O Transvase Tejo - Segura é desviado pelo rio Giguela para alimentar o parque natural Las Tablas de Daimiel, tendo [registado em Julho perdas de 95% da água transvasada](#), e para onde o governo espanhol realizou em Janeiro (para ter menos perdas) um [transvase para suster um incêndio de trufa](#) originado por incúria no tratamento do parque.

As ONG do Ambiente espanholas e portuguesas vieram em [Novembro](#) denunciar a ineficácia deste transvase, tendo confirmado esta posição em [Janeiro de 2010](#) quando o transvase anunciado se concretizou.

Europa Press – 3 Novembro 2009 - [Grupos ecologistas rechazan participar en el Consejo Regional del Agua en protesta por el trasvase del Tajo](#).

Público – 7 Novembro de 2009 – [Quercus lamenta mais um transvase espanhol](#).

Expresso – 6 de Novembro de 2009 - [Tejo: Quercus lamenta transvase aprovado em Espanha](#)

Europa Press – 20 Janeiro 2010 - [Las ONG ecologistas denuncian ante el PSOE la "ineficacia" de los trasvases a las Tablas de Daimiel](#).

A3. Transvase Tejo – Guadiana ou Tubagem Manchega – Em construção

Além dos dois transvases vigentes, o Transvase Tejo-Segura (TTS) e a sua derivação para o Parque Natural de Tablas de Daimiel, está a ser construído outro megaprojeto que, hidrogeologicamente, é muito questionável: a Tubagem Manchega (TM), ou seja, o Transvase Tejo-Guadiana. A TM aproveitará parte do caudal que circula através do TTS com a finalidade de fornecer as populações carenciadas da província de Ciudad Real da região de Castilla-La Mancha, na Bacia Hidrográfica do Guadiana (para fora da bacia hidrográfica do Tejo, por isso um transvase).

O projeto consiste numa rede de distribuição que vai conduzir a água da conduta principal a cada município e tem um orçamento de base do concurso de 167 milhões de euros.



A infraestrutura pretende levar água do Aqueduto Tejo-Segura para as planícies de La Mancha e integra quatro projetos.

Abaixo está a parte do projeto que respeita aos tubos de ligação aos depósitos dos municípios para abastecimento da população, incluído no Plano Nacional da Água, destinado à distribuição a várias aldeias na província de Ciudad Real, Cuenca, Toledo e Albacete, da água potável que irá passar pela conduta principal em construção.

Nestas províncias abastecer-se-ão 32 municípios: Alcazar de San Juan, Aldea del Rey, Almagro, Almodovar del Campo, Arenas de San

Juan, Argamasilla de Alba, Argamasilla de Calatrava Bolaños de Calatrava Calzada de Calatrava, Campo Criptana Carrion de Calatrava, Ciudad Real, Daimiel, Fernan Caballero, Granátula de Calatrava, herança (Ciudad Real), o trabalho, Malagon, Manzanares, La Solana, Torralba de Calatrava, Torrenueva, Valdepeñas, Membrilla Pedro Munoz Poblete, Puerto Lápice, Santa Cruz de Mudela, Valenzuela de Calatrava, Villanueva de los Infantes e Villarta de San Juan. No entanto, estes aquíferos são explorados, por vezes intensamente, para usos agrícolas e para o abastecimento das populações.

Os gestores e criadores do TTS e da TM tendem a esquecer e a ignorar a existência de aquíferos e de técnicas de dessalinização e baseiam-se na utilização de recursos hídricos alheios para o desenvolvimento ou fornecimento de outros territórios.

A4. Transvase Tejo – Guadiana/ Segura desde Valdecañas na Estremadura – Em estudo

A Junta de Estremadura contratou um estudo de viabilidade de um possível transvase no Médio Tejo até ao Segura e ao Guadiana.

A denominação no contrato é a seguinte "Serviço de consultoria e assistência técnica para o estudo de viabilidade de um possível transvase desde a barragem de Valdecañas até ao Levante Espanhol e de alternativas prioritárias de um transvase interno Tejo-Guadiana na Estremadura".

Este é o primeiro passo da Estremadura para construir um transvase do Tejo ao Segura que complementará o atual desde a cabeceira do Tejo e outro entre as duas principais bacias para os seus regadios.

O estudo tem um custo de 450.000 € e foi concluído em 2010.

[Texto completo de anúncio do contrato](#)

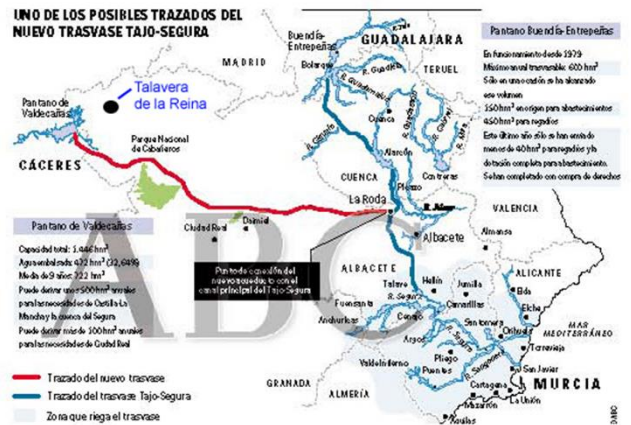
[Descrição Técnica do Contrato de Serviços](#)

[Extremadura estudia un trasvase del Tajo al Guadiana y otro a Murcia - El País - 08/10/2009](#)

4º Transvase do Tejo - SIC

Mais recentemente, a 11 de Janeiro de 2016, o Sindicato Central de Regantes do Aqueduto Tejo-Segura (SCRATS) pede ao governo espanhol um novo transvase do rio Tiétar desde a barragem de Valdecañas na Estremadura espanhola até ao atual transvase Tejo - Segura, o que colocaria em causa o abastecimento de água a Portugal e a possibilidade de caudais verdadeiramente ecológicos na Convenção de Albufeira.

[Tres vías para que el Trasmvase no se quede sin agua - La Opinión de Murcia - 11 de janeiro de 2016](#)



B. Afluências de Espanha

B1. Retenção de água nas barragens da Estremadura espanhola

O volume de água armazenado nas barragens do rio Tejo em Espanha é suficiente para fornecer um maior volume de caudais ao rio Tejo em Portugal, contudo o principal e verdadeiro motivo para os baixos caudais no rio Tejo tem sido a retenção de água nas barragens espanholas da Estremadura, verificando-se que no verão de 2017 o seu nível de armazenamento se encontrava apenas em 50% quando em anos anteriores tem sido acima de 80%.

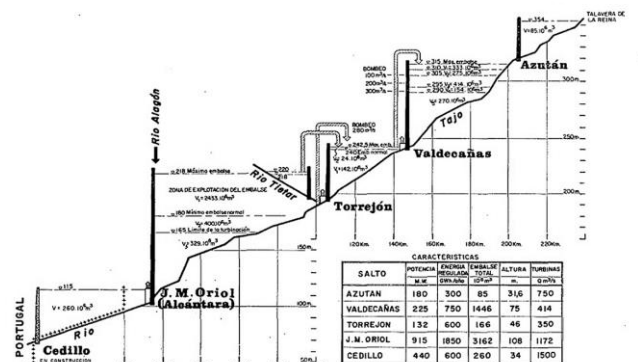


Fig. 2. — Perfil esquemático del Tajo con los aprovechamientos de H. E.

B1. Retenção de água nas barragens da Estremadura espanhola(cont.)

Efetivamente, mesmo em anos em que existe um maior armazenamento de água, esta água é retida para utilização na agricultura intensiva e na produção de energia hidroelétrica e não é enviada para Portugal, uma vez que os concessionários das barragens só enviam água quando é necessário e rentável produzir energia hidroelétrica.

Assim, a não abertura das barragens espanholas da Estremadura tem feito com que o rio Tejo apresente caudais baixos e insuficientes para um bom estado ecológico do rio em Portugal.

Se houver um ano de seca, é óbvio que será mais difícil fornecer maiores caudais, mas aquilo que se observa é que, sejam ou não anos de seca, os caudais permanecem baixos e insuficientes.

Com efeito, no verão de 2017 registaram-se caudais muito baixos quando o volume de água armazenado nas barragens espanholas da província de Cáceres de 5.523 hm³, ou seja, 83,34% da capacidade de armazenamento, e nas barragens portuguesas de 2.034,1 hm³, ou seja, 79,9% da capacidade de armazenamento das barragens.

Além disso, o nível de precipitação média anual na Estremadura é muito superior ao da cabeceira do Tejo e por conseguinte as entradas de água nas barragens da Estremadura espanhola representam cerca de 2/3 de todas as entradas de água na bacia do Tejo em Espanha, o que permite ter disponibilidade de água em quantidade suficiente para cumprir a Convenção de Albufeira e mesmo ter um regime de caudais ecológicos consentâneos com a necessidade de alcançar um bom estado ecológico das águas do Tejo em Portugal



Distribuição da precipitação média anual (mm) na bacia

A capacidade de armazenamento da bacia, ronda os 11.000 hm³, número enganoso, pois as barragens de maior capacidade estão no tramo final e destinam-se à produção de energia hidroelétrica.

ENTRADA MÉDIA:
7.500 hm³/ano



A zona mais povoada da bacia, com mais necessidade de garantia para abastecimento, e mais descargas, é a que recebe menos entradas de água e ainda suporta um grande transvase

ENTRADA MÉDIA:
4.400 Hm³/ano

B2. Regimes de caudais ecológicos e a Convenção de Albufeira

No âmbito da XX reunião plenária da [Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas](#) (CADC), realizada no passado dia 27 de novembro de 2017, o proTEJO realizou as seguintes considerações:

- os caudais mínimos estabelecidos no protocolo adicional à Convenção de Albufeira foram cumpridos com exceção de uma semana;
- existe uma falta de transparência e défice de incentivo à participação pública pela não divulgação semanal e trimestralmente, e até mesmo online e em tempo real, dos caudais que passam em Muge e na barragem de Cedillo para se aferir publicamente do cumprimento ou incumprimento dos respetivos caudais semanais e trimestrais;
- o Ministério do Ambiente português está dependente da veracidade dos dados fornecidos pela Confederation Hidrografica del Tajo visto que o local de medição dos caudais para verificar o cumprimento da Convenção de Albufeira está localizado na barragem de Cedillo que pertence a Espanha. Curiosamente, o SAIH Tajo (<https://saihtajo.chtajo.es/index.php>) apresenta o caudal online e em tempo real de todas as barragens do Tejo espanhol, menos na barragem de Cedillo onde se afere do cumprimento ou incumprimento da Convenção de Albufeira.

B2. Regimes de caudais ecológicos e a Convenção de Albufeira (cont.)

d) os caudais mínimos semanais e trimestrais estabelecidos no Protocolo Adicional à Convenção de Albufeira, que afluem de Espanha, são insignificantes por representarem, se cumpridos, respetivamente, apenas 12% e 36% do caudal anual de 2.700 hm³, permitindo assim uma grande variação dos caudais durante os dias, as semanas e os trimestres.

Caudais	Jusante da barragem de Cedillo						Jusante da Ponte de Muge					
	Caudal Ecológico na Convenção de Albufeira		Caudal trimestral ou semanal = Caudal Anual		Caudal trimestral ou semanal / Caudal Anual	Multiplicador para Equivalência ao Caudal Anual	Caudal Ecológico na Convenção de Albufeira		Caudal trimestral ou semanal = Caudal Anual		Caudal trimestral ou semanal / Caudal Anual	Multiplicador para Equivalência ao Caudal Anual
	hm ³	m ³ /s	hm ³	m ³ /s	%	Qt	hm ³	m ³ /s	hm ³	m ³ /s	%	Qt
i) Caudal integral anual	2.700	86	2.700	86	100		1.300	41	1.300	41	100	
ii) Caudal integral trimestral	995		2.700				500		1.300			
De 1 de Outubro a 31 de Dezembro	295	38	801	102	37	3	150	19	390	50	38	3
De 1 de Janeiro a 31 de Março	350	45	950	121	37	3	180	23	468	60	38	3
De 1 de Abril a 30 de Junho	220	28	597	76	37	3	110	14	286	36	38	3
De 1 de Julho a 30 de Setembro	130	17	353	45	37	3	60	8	156	20	38	3
ii) Caudal integral semanal	7	12	52	86	13	7	3	5	25	41	12	8

No que respeita ao regime de caudais temos vindo a defender a revisão da Convenção de Albufeira com a respetiva emenda aprovada na Conferência das Partes, de Madrid em 2008, visando essencialmente:

- a) A implementação de um regime de caudais ecológicos estabelecidos de forma científica que garantam o bom estado ecológico das águas do rio Tejo, integrando regimes de exceção, especificamente de seca, conforme previsto na Convenção de Albufeira, em vez de manter a atual definição de caudais mínimos fixados no Protocolo Adicional à Convenção de Albufeira, com critérios administrativos e políticos, que deveria ser meramente transitória e que não garante de todo os objetivos ambientais estabelecidos na Diretiva Quadro da Água e no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, assegurando:
 - i. O aumento do caudal anual para um caudal que preserve o bom estado ecológico das águas;
 - ii. A aproximação do caudal ambiental ao caudal instantâneo com os caudais semanais e trimestrais a serem estabelecidos num nível aproximado ao caudal anual (no mínimo cerca de 80%);
 - iii. O estabelecimento de caudais diários com a finalidade de evitar uma grande variabilidade dos caudais durante os dias, as semanas e os trimestres;
- b) A determinação de caudais ambientais nos vários troços de rio e na chegada à foz em função do objetivo de estado ecológico;
- c) A quantificação dos caudais ambientais em hm³ e m³/ segundo;
- d) A instauração de sanções por incumprimento da Convenção de Albufeira de carácter financeiro e ambiental, em termos de restauração fluvial.
- e) A adoção de um conceito de caudal ecológico que seja o "volume de água mínimo capaz de satisfazer as necessidades dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos, assegurando a conservação e manutenção destes ecossistemas aquáticos naturais, bem como aspetos estéticos da paisagem e outros de interesse científico e cultural (Alves e Bernardo, 2002)".

B3. Incumprimento da Convenção de Albufeira

O Governo Espanhol assumiu, através de dados oficiais do Ministério de Medio Ambiente, o [incumprimento do regime de caudais em 405 hm³ por parte de Espanha, no ano hidrográfico de 2008/09](#), e afirma que não é declarada exceção na Bacia do Tejo.

Depois de transmitir na comunicação social (El País) a possibilidade de utilização do regime de exceção da seca, o Governo Espanhol veio posteriormente ao encontro da posição da inexistência de fundamento para aplicação da cláusula de exceção por motivo de seca.

Com efeito, era por demais evidente a incoerência lógica da aplicação da cláusula de exceção por seca na Bacia do Tejo visto que ainda assim foram transvasados 293 hm³ da Bacia do Tejo para a Bacia do Segura, a qual apresentava níveis de normalidade nos indicadores de Gestão da Seca (dados no site da Confederação Hidrográfica do Segura).

Não obstante, a [Agencia Estatal de Meteorologia \(AEMET\)](#) informa que a percentagem de precipitação na bacia do Tejo (especialmente nos troços alto e médio) rondou entre os 25% e os 50% da média, enquanto nas zonas do Mediterrâneo foi superada a média anual.

Isto contrasta com a suposta "normalidade" afirmada pela Confederação Hidrográfica do Tejo nos seus números e indicadores que apresentam a bacia do Tejo como excedentária para assim justificar, à luz da legislação espanhola, as centenas de hectómetros cúbicos transvasados para a bacia do Segura, apesar da bacia do Tejo, na verdade, atravessar uma situação de seca sem precedentes, como pode ver-se no [mapa castanho da AEMET](#) que contrasta com o [mapa verde \(pg.82\)](#) do Ministério do Ambiente espanhol.

"En lo referente a las aportaciones, se constata un comportamiento diverso según las cuencas: - En la cuenca del Tajo la aportación de salida de Cedillo ha alcanzado un 85 % (2.295 hm³) del caudal comprometido."

"Las precipitaciones de referencia han sido inferiores a los valores medios en todas las cuencas: 90 % en las cuencas del Miño, 69 % en la cuenca del Duero; 68 % en la cuenca del Tajo y 64 % en la cuenca del Guadiana. Según los datos registrados en el año hidrológico 2008 - 2009 no se declara excepción en las cuencas del Miño, Duero y Tajo, y el caudal integral anual a transferir en la estación de control Azud de Badajoz (Guadiana) es de 500 hm³."

[Vide páginas 74 e 75 da "Situação Hidrológica das Bacias de Espanha - Julho/Setembro de 2009", publicada pelo Ministério de Medio Ambiente, e Medio Rural e Marino.](#)

Os governantes espanhóis afirmaram que o Governo da Região Autónoma da Estremadura não tem competência para realizar um estudo de viabilidade, com o custo de meio milhão de euros (425.000 euros), de um transvase a partir daquela região visto esta matéria ser da "competência exclusiva do governo espanhol" e, em segundo lugar, comunicam que vai ser "ajustado o momento mais conveniente de reposição do volume de água em falta".

A reposição de água não pode ser considerada uma compensação aceitável pelo incumprimento dos caudais mínimos ecológicos visto que a extemporânea reposição da água não pode reparar os impactes ambientais negativos da escassez de água que ocorreu continuamente de Maio a Novembro de 2009.

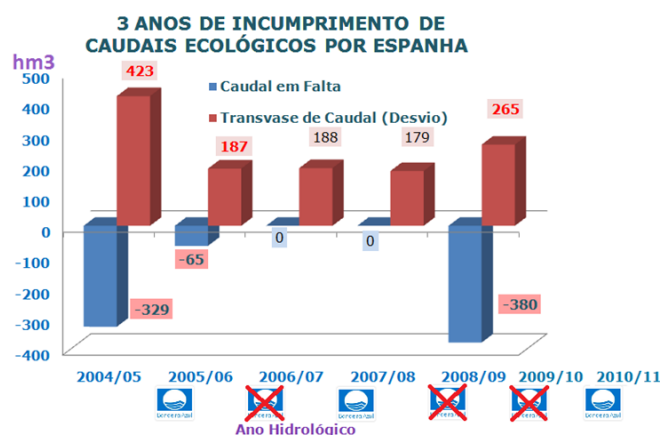
B3. Incumprimento da Convenção de Albufeira (cont.)

A título de uma expressão proverbial diríamos que “o incumprimento dos caudais mínimos não se desculpa, evita-se”, especialmente quando resultante de transvases.

O estado da praia fluvial do Alamal tem uma extrema importância em termos de turismo de natureza para tornar os rios mais vivos e mais vividos e da análise da quantidade da água e dos caudais ecológicos para a qualidade da água das praias fluviais.

Ora vejamos, a praia fluvial do Alamal ganhou a bandeira azul no ano de 2005 e nos anos seguintes tem vindo a alternar anos em que perdeu a bandeira azul (2006, 2008 não hasteada, 2009, 2011) com anos em que recupera a bandeira azul (2007, 2010, 2012) e desde 2013 que não apresenta condições para tal distinção.

Constata-se que os anos hidrológicos em que ocorreu incumprimento dos caudais ecológicos da Convenção de Albufeira foram os anos de 2004/05, 2005/06 e 2008/09, precisamente aqueles que influenciaram a qualidade da água na praia fluvial do Alamal e lhe retiraram a bandeira azul nos anos de 2006 e 2008.



Tendo analisado a informação oficial disponível, concluímos que desde 2004 ocorreram 3 anos de incumprimento consecutivo dos caudais mínimos ecológicos definidos na Convenção de Albufeira por parte do Governo Espanhol, de 2700 hm³ por ano, nos anos hidrológicos de 2004/05, 2005/06 e 2008/09.

Note-se que apenas o ano hidrológico de 2004/05 foi considerado abrangido pela situação de exceção por motivo de seca.

Apesar da Comissão para Aplicação da Convenção de Albufeira (CADC) ter assumido o cumprimento da convenção no seu [relatório hidrometeorológico do ano hidrológico de 2005/06](#) com o registo de escoamento de um caudal de 2.779 hm³ na Barragem de Cedilho apurámos a passagem de igual quantidade de caudal de 2.779 hm³ na Barragem do Fratel, de acordo com a medição do [boletim de escoamento de caudal na barragem do Fratel publicado pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos \(Boletim de Escoamento/SNIRH\) do INAG](#), sendo **ambos os documentos da responsabilidade da Autoridade da Água – INAG cujo presidente Orlando Borges é também vice-presidente da mesma CADC.**

Esta medição de escoamento na barragem de Cedilho apenas poderia estar correta se os afluentes do Tejo em nada tivessem contribuído para o caudal do rio Tejo entre as barragens de Cedilho e Fratel.

B3. Incumprimento da Convenção de Albufeira (cont.)

Estranhando o facto e começando a fazer contas concluímos que, desde 2004 a 2009, foi de 144 hm³ o diferencial médio anual de escoamento de caudal entre a barragem do Fratel e a Barragem de Cedilho.

Também o presidente do INAG, Orlando Borges, observou publicamente numa [apresentação \(pág. 8\) que o escoamento na barragem de Fratel corresponde a mais 200 hm³ de água que o volume de escoamento na barragem de Cedilho.](#)

É óbvia a falta de fiabilidade dos dados oficiais: ou está incorreto o [relatório hidrometeorológico da CADC](#) ou o [boletim de escoamento da Barragem do Fratel, obtido pelo Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos do INAG.](#)

Com efeito, não é verosímil que o cálculo do escoamento na barragem de Cedilho de 2.779 hm³ apurado pela [Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção \(CADC\) no seu relatório hidrometeorológico do ano hidrológico de 2005/06](#) seja igual ao escoamento registado na barragem do Fratel de 2.779 hm³, de acordo com [Boletim de Escoamento do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos / INAG](#), nem que **ao fim de 5 anos o INAG** não tivesse notado esta incoerência na informação que disponibiliza.

Acreditando na medição obtida na barragem do Fratel, **único ponto de medição de caudais sob controlo das autoridades portuguesas**, conclui-se que no ano hidrológico de 2005/06 ocorreu um **incumprimento da Convenção de Albufeira de cerca de 65 hm³** que corresponde a 2.635 hm³ de escoamento da Barragem de Cedilho calculado pelo abatimento de 144 hm³ de entradas médias de caudal entre as barragens de Cedilho e Fratel aos 2.779 hm³ de escoamento registado na barragem do Fratel ([Boletim de Escoamento/ SNIRH/INAG](#)).

Estes 65 hm³ em falta nesse ano significam cerca de 1/3 da fornecida pela EPAL à Grande Lisboa (211 hm³), tal como os 380 hm³ em falta no ano de 2008/09 é o mesmo volume de água que consome a Grande Lisboa e o Grande Porto.

Os anos em que ocorre incumprimento dos caudais hidrológicos pelo Governo Espanhol são precisamente aqueles em que se registam os mais significativos transvases de água para o levante espanhol, ou seja, quanto maior a seca no sul de Espanha menos água teremos disponíveis para manter caudais ecológicos mínimos em Portugal e para assegurar a qualidade da água nas nossas praias fluviais.

C. Gestão das barragens em Portugal

A Agência Portuguesa do Ambiente e a EDP acordaram a implementação de um regime de caudais que tem por objetivo minimizar o impacte do regime de operação das barragens referidas.

Este regime foi definido tendo em conta os caudais mínimos previstos na Convenção de Albufeira e visa assegurar escoamentos mínimos ao longo do Tejo durante todo o dia, ao contrário do que até agora se verificava face à ausência de um regime de caudais ecológicos efetivamente implementado.

Assim o regime que foi definido contempla dois períodos diários mínimos de turbinagem em Belver, de 4 horas cada e intervalos de 8 horas no máximo. Este regime tem por base os caudais mínimos associados às turbinas instaladas em Belver e considera também a significativa diferença de capacidades de armazenamento entre as barragens nacionais, Fratel e Belver, e as de Cedilho e Alcântara. O regime definido tem também em conta o cumprimento das obrigações mínimas estabelecidas na Convenção de Albufeira, para ambos os países.

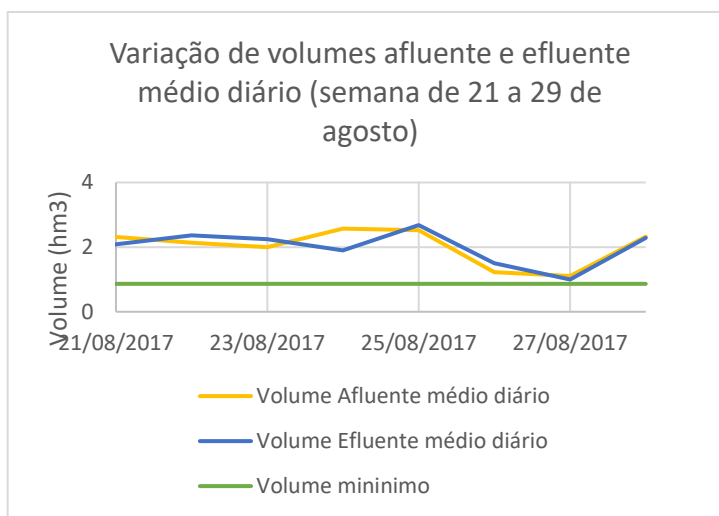
C. Gestão das barragens em Portugal (cont.)

O método foi inicialmente avaliado com base em modelos matemáticos de propagação de ondas, sendo o caudal médio diário a obter de 10 m³/s, lançado a partir de Belver (na verdade a partir de Fratel). Este caudal é, tal com antes referido, atingido com dois períodos de 4 horas de turbinagem de 30 m³/s, em cada dia. O amortecimento da onda de propagação de caudais, após estabelecido este regime, permite assegurar que não há interrupção de caudal ao longo do Tejo. Os caudais referidos para além de garantirem o que está estabelecido na Convenção, impõe na parte portuguesa um caudal mínimo diário, independentemente do que vem de Espanha.

É importante salientar que este regime não se trata de um regime de caudal ecológico e que apenas define condições mínimas de operação das referidas barragens, para minimizar os efeitos da exploração hidroelétrica.

Este regime de operação associado a caudais mínimos - os já referidos 30 m³/s - verifica-se quando os caudais provenientes de Cedilho são os mínimos para cumprir o estabelecido na Convenção, sendo em regra superiores. A baixa capacidade de armazenamento que as albufeiras de Fratel e Belver têm implica que o seu regime de exploração esteja fortemente dependente das afluências de Espanha.

Nos gráficos seguintes ilustra-se a variação das afluências e do caudal descarregado em Belver, desde que o regime começou a ser implementado (junho 2017) tendo como referência (linha verde) o valor mínimo diário definido.



C. Gestão das barragens em Portugal (cont.)

Atualmente o regime está implementado e a ser continuamente monitorizado para avaliar a sua eficácia. Estão a decorrer campanhas de monitorização de caudais, em colaboração entre a APA e a EDP, com vista à verificação do cumprimento dos objetivos estabelecidos.

O Plano Nacional da Água (PNA), revisto em 2015 e publicado em Diário da República no Decreto-Lei nº 76/2016 de 9 de novembro, refere que “as barragens contribuem fortemente para a desregulação hidrológica e a artificialização do regime de caudais dos rios, a segmentação de habitats e a criação de barreiras ao trânsito de sedimentos (umas mais do que outras, como é bem de ver) e para a erosão costeira que lhe está associada. Estes impactes negativos têm de ser corrigidos através do condicionamento da forma da sua gestão, destacando-se a definição do regime de caudais ecológicos e do respetivo lançamento, tendo em vista a proteção de valores ambientais, de sustentabilidade e de melhoria do estado das massas de água afetadas”.

O PNA identifica que uma das questões relevantes nas QSIGA é a implementação de caudais ecológicos na RH5, devendo as “pressões hidromorfológicas que não foram corrigidas [...] ser objeto de atenção particular [...] neste segundo ciclo de planeamento”. E refere ainda que o índice de escassez WEI+ para a RH5 se situa em 22%, correspondendo a um estado de escassez moderada, que poderá ser em parte mitigada pela reposição de caudais ecológicos.

Além disso, importa definir um regime de caudais ecológicos de forma científica para garantir o bom estado ecológico das águas do rio Tejo em Portugal, garantindo os objetivos ambientais estabelecidos na Diretiva Quadro da Água e no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e assentando num conceito amplo de caudal ecológico como sendo um “volume de água mínimo capaz de satisfazer as necessidades dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos, assegurando a conservação e manutenção destes ecossistemas aquáticos naturais, bem como aspetos estéticos da paisagem e outros de interesse científico e cultural” (Alves e Bernardo, 2002).

Acresce ainda que, através de consulta ao Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), constatámos que o caudal médio diário efluente mínimo de 10 m³/s na barragem do Fratel não foi cumprido em 25 dias desde 1 de Junho até 27 de Outubro, sendo que em 14 dias o caudal médio diário efluente registado foi inferior a metade do valor mínimo estipulado, e em 7 destes dias foi mesmo nulo (aproximadamente 0 m³/s, inferior a 1m³/s), conforme Anexo nº 1.

Assim, importa definir um regime de caudais ecológicos para todo o rio Tejo em Espanha e Portugal, a transpor para o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, no seu 3º ciclo de planeamento (i.e., devendo ser implementado e testado aquando da elaboração do próximo PGRH, o que implica obviamente uma brevidade e urgência na atuação das autoridades competentes —MAmb e APA), e para a Convenção de Albufeira, e, entretanto, definir mecanismos de monitorização/controlo dos concessionários da EDP para um efetivo cumprimento dos caudais mínimos acordados.

D. Alterações climáticas

Assistimos nas últimas duas décadas à redução das disponibilidades de recursos hídricos, reduzidas em cerca de 25%, que não resulta da redução das precipitações visto que nalguns anos se registaram precipitações acima da média.

As principais causas da redução das disponibilidades de recursos hídricos são a sobre-exploração dos aquíferos, o aumento da massa florestal e o aumento da evaporação e evapotranspiração devido ao aumento das temperaturas em consequência das alterações climáticas.

Demarcação	Disponibilidades médias anuais (Hm ³ /ano)		
	Período 1940 -1995	Período 1996-2005	Redução de disponibilidades no período 1996-2005 comparativamente com o período 1940-1995
Norte	43.494	38.573	-11,30%
Douro	13.861	11.729	-15,40%
Tejo	10.533	9.012	-14,40%
Guadiana	5.464	4.391	-19,60%
Guadalquivir	8.770	8.113	-7,50%
Bacia Mediterrânea Andaluza	2.446	2.101	-14,10%
Segura	817	505	-38,20%
Júcar	3.493	3.057	-12,50%
Ebro	17.189	13.555	-21,10%
Bacias Internas de Cataluña	2.742	2.196	-19,90%
Total	109.948	93.763	-14,70%

Fonte: Ministério de Medio Ambiente, y Medio Rural y Marino.

C. Índice de Exploração de Água – WEI

O Índice de Exploração de Água (WEI) coloca a bacia hidrográfica do Tejo no 7º lugar dos rios europeus com maior pressão sobre os recursos hídricos, correspondente a um índice superior a 40%, como apura o relatório sobre recursos hídricos publicado a 17 de Março de 2009 pela Agência Europeia do Ambiente.

Posição País Rio / Bacia

- 1º Espanha - Andaluzia
- 2º Portugal - Sado
- 3º Espanha - Segura
- 4º Portugal - Vouga
- 5º Portugal - Bacia Algarvia
- 6º França - Rhine Meuse

7º Portugal - Tejo



O Índice de Exploração de Água (WEI), apesar das suas limitações, fornece indicações sobre a escassez de água, constatando-se uma coincidência geográfica (Portugal e Espanha) entre as bacias com maiores índices e sobre as quais foram reportadas, por várias fontes, uma diminuição dos recursos hídricos dos rios e significativos impactos sobre a sedimentação (ex: assoreamento).

Fonte: Water resources across Europe — confronting water scarcity and drought - [European Environment Agency Report No 2/2009, published at 17 March 2009](#).

No ano de 2014, a situação mantém-se mas o Tejo ocupa a 11ª posição do Índice de Exploração de Água (WEI), conforme [publicação da Agência Europeia do Ambiente](#).

2. Qualidade da Água

A. Poluição de Rios e Ribeiras

A intervenção dos cidadãos deve evitar a poluição dos rios e ribeiras e contribuir para preservar e garantir os recursos hídricos a que as gerações futuras têm direito, através de uma simples fórmula: a par do direito à água para os diversos usos assumirmos cada vez mais o dever do seu uso eficiente. Contudo, o rio Tejo e seus afluentes têm vindo a sofrer uma contínua e crescente vaga de poluição que mata os peixes, envenena o ambiente e afeta a saúde das pessoas.

A1. Poluição do rio Tejo

A11. Poluição com origem em Espanha

As águas do rio Tejo que afluem de Espanha para Portugal vêm já com um elevado grau de contaminação com origem nos fertilizantes utilizados na agricultura intensiva, na eutrofização gerada pela sua estagnação nas barragens da Estremadura, na descarga de águas residuais urbanas das vilas e cidades espanholas sem o adequado tratamento e na contaminação radiológica com origem na Central Nuclear de Almaraz.

A gravidade desta poluição das águas do rio Tejo acentua-se devido aos caudais cada vez mais reduzidos que afluem de Espanha e, já em solo português, à gestão economicista do concessionário das barragens do Fratel e Belver, diminuindo ainda mais a capacidade de depuração natural do rio Tejo.

A este respeito, decorre do "Relatório sobre a qualidade da água superficial no rio Tejo" do Ministério do Ambiente, de março de 2017, que ora se junta como [documento 1](#) e se dá por integralmente reproduzido, a existência de elevados "valores de concentração do Fósforo Total em Fratel (dados da EDP 2013-2016) que acompanham a ordem de grandeza dos valores disponibilizados da Albufeira de Cedillo (Confederacion Hidrografica del Tajo 2013- 2016), podendo concluir-se que o contributo vindo de Espanha se revela significativo relativamente aos valores obtidos em Fratel" (in resposta do Ministério do Ambiente a questões colocadas pelo proTEJO).

Além disso, duas das massas de água fronteiriças e transfronteiriças apresentam um estado inferior a "Bom", sendo estas a Albufeira Monte Fidalgo (Cedillo - PT05TEJ0894; ES030MSPF1001020 Cedillo), com potencial ecológico "Razoável" e estado químico "Bom", e Rio Erges (PT05TEJ0891; ES030MSPF1006010 R. Erjas desde ponto Fronteira até E. Cedillo), com estado ecológico "Medíocre" e estado químico "Bom" (in resposta do Ministério do Ambiente a questões colocadas pelo proTEJO).

Ainda, relativamente ao parâmetro Fósforo Total, verificou-se o "incumprimento do valor limite para o "Bom estado" do parâmetro Fósforo Total em todas as estações monitorizadas", nomeadamente:

- a) em todas as colheitas efetuadas nas albufeiras de Fratel e Belver;
- b) em mais de 80% das amostras efetuadas nas estações no rio Tejo (Tramagal, Ponte da Chamusca e Ómnias);
- c) nos dados da monitorização efetuada pelos concessionários EDP (estações de Fratel e Belver), AdP (Valada) e pela Central Termoelétrica do Pego."

Relativamente ao "parâmetro Oxigénio Dissolvido, verificou-se o cumprimento do limite para o "Bom estado" em todas as estações de amostragem, com exceção de Perais na Albufeira do Fratel, onde se verificaram incumprimentos pontuais".

A11. Poluição com origem em Espanha (cont.)

O proTEJO – Movimento pelo Tejo alertou em 16 de setembro de 2017 que o rio Tejo estava a ser vítima de eutrofização no alto Tejo trazendo consigo um tapete verde de algas desde a barragem de Cedillo em Espanha até Vila Velha de Ródão, que consome o oxigénio da água e reduz os seus níveis colocando os ecossistemas aquáticos em perigo de sobrevivência, como aliás já tinha acontecido em 25 de setembro de 2009, mas dessa vez numa extensão de cerca de 200 quilómetros desde a barragem de Cedillo até Abrantes.

Contudo, ainda que as análises demonstrem que a qualidade da água se encontra deteriorada com os elevados níveis de fósforo nas águas do rio Tejo à entrada na barragem de Cedillo, o testemunho dos pescadores do rio Tejo converge no sentido de que a água do rio Tejo apresenta maior qualidade entre a barragem de Cedillo e Vila Velha de Ródão do que entre Vila de Velha de Ródão e a barragem do Fratel, afirmando que o efetivo de espécies piscícolas a jusante de Vila Velha de Ródão é exíguo em quantidade e de má qualidade, motivo pelo qual apenas podem exercer a sua atividade piscatória a montante de Vila Velha de Ródão até à barragem de Cedillo.

A12. Poluição com origem em Portugal

A poluição do rio Tejo e seus afluentes, em território nacional, provém da agricultura, indústria, suinicultura e vacarias, águas residuais urbanas e outras descargas de efluentes não tratados.

Em Vila Velha de Ródão, as descargas poluentes da indústria das celulosas acrescem à poluição que chega de Espanha e acumulam-se até à barragem do Fratel, na “Albufeira do Fratel” (Código: PT05TEJ0913), propagando-se posteriormente às massas de água a jusante até à foz do Tejo em Lisboa.

POLUIÇÃO NO RIO TEJO



Belver



Abrantes



Belver



Praia fluvial do
Alamal

Créditos:
Arlindo
Marques,
Carlos
Martins e
Mário Rui
Fonseca

A12. Poluição com origem em Portugal (cont)

No “Relatório sobre a qualidade da água superficial no rio Tejo” do Ministério do Ambiente, de março de 2017, é referido que foi “efetuada uma análise das principais pressões existentes na Albufeira de Fratel, nomeadamente à Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.”.

“Relativamente à Celtejo, e atendendo à incapacidade da ETAR existente na unidade industrial em assegurar o devido tratamento do efluente rejeitado na albufeira de Fratel, nomeadamente em relação aos parâmetros CBO5 e Fósforo Total, a empresa, de forma a assegurar a redução das cargas poluentes rejeitadas optou pela construção de uma nova ETARI que disporá de tratamento terciário, e permitirá ainda receber efluentes da Zona Industrial de Vila Velha de Ródão (pequenas unidades industriais, designadamente, queijarias). O emissário de descarga da CELTEJO é presentemente também utilizado para a descarga das águas residuais provenientes da Navigator e a curto prazo servirá ainda para a descarga da Paper prime, em construção. (negrito nosso)



ÁGUA DA TORNEIRA ÁGUA DO TEJO 18 MAIO 2015 ÁGUA DO TEJO 12 MAIO 2015 ÁGUA DO TEJO 10 MAIO 2015

As obras da nova ETAR já estão em curso e deverão estar concluídas até ao final de 2017, iniciando-se em seguida a fase de arranque. A antecipação da construção da ETARI permitirá deste modo antecipar a redução das cargas de poluentes rejeitadas na albufeira de Fratel, um ano antes do prazo estabelecido pela licença de descarga. A empresa tem também em curso a obra de construção da nova caldeira de recuperação (para substituir a existente) que permitirá reduzir de forma muito significativa a carga de efluentes (licor negro) a encaminhar à ETARI, prevendo-se que a mesma esteja concluída até ao final de 2018.”

Com efeito, o programa de medidas do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo para 2016/2021, publicado em junho de 2015, prevê a medida “Redução do caudal e da carga orgânica poluente nos efluentes setoriais e no efluente rejeitado no meio hídrico pela Celtejo, por recurso à ampliação ou substituição da atual ETAR (PTE1P02M05_SUP_RH5)” (negrito nosso).

18. Acresce que a licença de utilização de recursos hídricos – rejeição de águas residuais da Celtejo (Licença de Utilização nº L016428.2014.RH5), emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente em 9 de janeiro de 2015, previa um Valor Limite de Emissão (VLE) de Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO5) de 0,9 kg CBO5/tSA que foi aumentado para 2,5 kg CBO5/tSA na nova licença (Licença de Utilização nº L003644.2016.RH5), com início a 9 de maio de 2016 e válida até 18 de dezembro de 2018, em resultado de ter sido este o valor médio reportado pelos resultados de autocontrolo da Celtejo durante o ano de 2015, em incumprimento do valor estabelecido na licença inicial.

	CBO5 kg/tsa
Licenciados entre 9/1/2015 e 9/5/2016	0,9
Verificados entre 9/1/2015 e 9/5/2016	2,5 (1)
Licença entre 9/5/2016 e 31/12/2018	2,5
Licença a partir de 31/12/2018	0,9

(1) Valor médio do autocontrolo em 2015, segundo consta em carta da Agência Portuguesa do Ambiente à Celtejo, em 30-05-2016

A12. Poluição com origem em Portugal (cont)

Por sua vez, a Agência Portuguesa do Ambiente não tomou quaisquer medidas face ao incumprimento da Celtejo, verificado no período entre 9 de janeiro de 2015 e 9 de maio de 2016, e autorizou um acréscimo do Valor Limite de Emissão do parâmetro de Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO5), e, portanto, o aumento da carga poluente rejeitada por esta empresa no meio hídrico permitindo assim uma nova deterioração do estado ecológico da massa de água da "Albufeira do Fratel".

No Relatório completo Sobre a Qualidade da Água Superficial no Rio Tejo elaborado pela Agência Portuguesa do Ambiente, no seu ponto 2.5.2, na página 31, são identificadas ocorrências de poluição por parte da Centroliva.

Segundo o referido relatório

"As instalações da Centroliva para a produção da energia e processamento de bagaço de azeitona estão localizadas em Vila Velha de Rodão na margem direita da ribeira de Lucriz e na margem esquerda da Ribeira de Açafal. Esta empresa não tem licença de descarga, pelo que em Junho de 2016 foi-lhe enviada notificação através do Ofício SO33644-201606-ARH.DRHI (Anexo III) que reiterava o pedido de elementos efectuado em Julho de 2015. Em resposta a este Ofício-notificação, têm vindo a ser apresentados alguns elementos que não dão resposta ao solicitado. (...) Em 01-03-2017 e 08-03-2017 foram verificadas ocorrências de efluentes com origem na Centroliva, para a valeta da estrada, imediatamente antes da ponte sobre a ribeira de Açafal que configuram situações para o levantamento de novo Auto de notícia. Já em Março de 2016 foi levantado Auto de Notícia à empresa por ocorrência para o solo e para a ribeira do Açafal (encaminhadas através da valeta da estrada). Na noite de 14 para 15 de Fevereiro de 2017, a GNR/ Sepna detetou indícios de uma descarga noturna com origem na Centroliva e a APA/ ARHTO colaborou na ação."

No que diz respeito especificamente à fiscalização de dia 14 de Fevereiro, o relatório esclarece que:

"No âmbito da ação de fiscalização efetuada conjuntamente entre a ARH Tejo e Oeste e a GNR-SEPNA de Castelo Branco, na zona de Vila Velha de Ródão, na tentativa de identificar a origem do(s) foco(s) de poluição causadores dos episódios de poluição detetados, foi verificada, no dia 13 de fevereiro, descarga de efluente da fossa séptica da zona industrial de Vila Velha de Ródão para a ribeira do Açafal, afluente do rio Tejo. Julgava-se que as ocorrências fossem provocadas por uma fissura existente no canto inferior esquerdo da fossa, situação comunicada à autarquia que efetuou a reparação da fissura ainda durante o dia 13. No entanto, no dia 14, e apesar da reparação efetuada pela Câmara Municipal, o SEPNA verificou novamente ocorrências da fossa para a ribeira do Açafal.

Ainda no dia 14 de fevereiro, por volta das 23 h, o SEPNA de Castelo Branco informou da ocorrência de uma eventual descarga na ribeira do Lucriz, imediatamente a jusante das instalações da Centroliva e a montante da confluência com a ribeira do Açafal. Segundo informação do SEPNA, a água apresentava uma coloração escura, espuma branca e um forte cheiro a azinagre (cheiro a bagaço de azeitona). Foi colhida uma amostra de água nesse local. A situação foi detetada pelo agente da GNR de Vila Velha de Ródão no âmbito das ações de vigilância que efetuam. Foi efetuada deslocação conjunta ARHTO/SEPNA de Castelo Branco a Vila Velha de Ródão, com chegada por volta das 00h 30m. Foi verificado que a água na ribeira do Lucriz ainda apresentava alguma espuma branca e coloração escura, mas já bastante menor que o presenciado pelo agente da GNR de Vila Velha de Ródão, segundo informação do mesmo e registo fotográfico efetuado.

A12. Poluição com origem em Portugal (cont)

Foi constatado na instalação Centroliva que o nível de efluentes armazenados quer no depósito circular quer na lagoa era significativamente inferior ao verificado no dia anterior sendo que a variação de nível na lagoa de receção de bagaço não apresentava alteração significativa.

Foram retiradas amostras de água na ribeira do Lucriz a montante (uma) e jusante (duas, mesmo local, a horas diferentes) da empresa Centroliva, que foram enviadas para o Laboratório de Referência do Ambiente.

Os resultados analíticos obtidos e analisados anteriormente, comprovam que a colheita efetuada às 23h evidencia a descarga efetuada. Por volta das 00h30 o efeito da descarga ocorrida já tinha sido dissipado pelo caudal que se verificava na ribeira de Lucriz. No seguimento destas ocorrências foi elaborado Auto de Notícia nº 5/17.2 GBCTB que foi entregue nos serviços do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco.” (negrito nosso).

Ou seja, a empresa Centroliva apesar de não ter licença de descarga, fazia reiteradamente descargas na ribeira.

Acresce ainda que o Ministério do Ambiente, no seu comunicado de 22 de novembro de 2017, “esclarece que a 04 de novembro, na sequência de uma ação de inspeção realizada pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), “foi verificada a descarga de águas pluviais contaminadas, provenientes da empresa Centroliva” localizada na área de influência da bacia do Rio Tejo” (in Diário de Notícias – 22/11/2017).

No Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre Poluição no Rio Tejo, de novembro de 2016, que ora se junta como [documento 2](#) e se dá por integralmente reproduzido, na página 7, encontra-se uma ilustração que identifica a área de intervenção e que reconhece que nessa área, correspondente à já identificada na presente denúncia, cerca de 50% das massas de água são caracterizadas por estado inferior a bom.

Na página 9 do referido relatório podemos ler “verifica-se que por toda a bacia se encontram problemas históricos de qualidade da água devido ao tratamento insuficiente de águas urbanas e/ou industriais (...)”

E ainda,

“As pressões qualitativas dividem-se em pontuais e difusas. Entre as pressões pontuais foram consideradas as cargas dos sectores urbano e industrial.”

Na página 10 é referido que

“Relativamente às indústrias PCIP (prevenção e controlo integrados de poluição), a sua generalidade localiza-se na zona mais de jusante da Região Hidrográfica, concentrando-se na margem direita do Rio Tejo, em particular na área abrangida pelas Ribeiras do Oeste, junto ao seu troço principal e respetivo estuário. Em termos de carga rejeitada o sector da pasta de papel é o que apresenta valores mais elevados de Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO5) e Carência Química de Oxigénio (CQO), respetivamente, 73% e 80% da carga total rejeitadas pelo universo das instalações PCIP.”

Nota-se, portanto, que a situação de poluição do Tejo na zona identificada é recorrente e reiterada, e apesar de ser reconhecida a sua origem e principais contribuidores a situação tem-se mantido ao longo dos anos para prejuízo do ambiente, do rio em si, das pessoas que o circundam e da saúde pública.

A13. Ações contra a poluição

O proTEJO tem vindo, desde maio de 2015, a denunciar os inúmeros episódios de poluição registados na massa de água da "Albufeira de Fratel" no rio Tejo, em especial entre Vila Velha de Ródão e a barragem do Fratel;

Entre o primeiro vídeo a denunciar a situação de poluição do Rio Tejo feito em 12 de Maio de 2015, na zona de Ortiga em Mação, e o último feito em 15 de Novembro de 2017 foram detetadas e filmadas cerca de 62 situações que se veem em vídeos, que ora se juntam como [documento 3](#) e se dão por integralmente reproduzidos, sendo notório que a situação se tem vindo a deteriorar ao longo do tempo.

No vídeo cuja hiperligação se indica abaixo, é possível verificar que a água do rio se encontra com a cor alterada, com espuma e nas suas margens encontram-se alguns peixes mortos: <https://www.youtube.com/watch?v=9F9TTFHABQ>.

Algumas pessoas da terra são como que "entrevistadas" dizendo que aqueles efeitos no rio são provocados pelas fábricas, e proferindo expressões como "morre tudo" – referindo-se aos peixes, e "nem se vê nada com a água negra", sendo evidente a revolta dos cidadãos.

Estes episódios recorrentes de poluição reduzem o nível de oxigénio na água à superfície e, de acordo com um testemunho que nos fizeram chegar, "no dia 15 de setembro de 2017, foram efetuadas análises junto à barragem do Fratel no rio Tejo e à barragem do Cabril no rio Zêzere constatando-se que os níveis de oxigénio na água à superfície (oxigénio dissolvido) no rio Tejo (0,07 mg/l e 0,8 %L) eram cerca de 100 vezes inferiores aos níveis medidos no rio Zêzere (7,99 mg/l e 98,2 %L)."

Além disso tem sido solicitada a intervenção do Senhor Ministro do Ambiente no sentido de tomada de medidas para:

- a) assegurar o bom estado ecológico das massas de água fronteiriças e transfronteiriças através da exigência do cumprimento da Convenção de Albufeira;
- b) o incremento da intervenção da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) e da Agência Portuguesa do Ambiente de forma eficaz e determinada tendo em vista a deteção das origens e dos focos de poluição que estão a agravar-se neste momento, bem como a tomada das ações coercivas que impeçam a continuidade da ação poluidora;
- c) a contenção das descargas poluentes no rio Tejo, em especial na zona de Vila Velha de Ródão, nomeadamente, para garantir que as emissões de efluentes da Celtejo para o rio Tejo estejam dentro de valores que garantam o objetivo de alcançar o bom estado ecológico das suas massas de águas ao longo de todo o seu curso em território português, seja pela maior fiscalização, seja pela revisão ou suspensão das licenças de emissão de efluentes.

A13. Ações contra a poluição

Ainda neste âmbito, o proTEJO – Movimento pelo Tejo realizou três manifestações “contra a poluição no rio Tejo”, em 26 de setembro de 2015, em 4 de março de 2017 e em 14 de outubro de 2017, face ao significativo número de episódios de poluição extrema que o rio Tejo vinha sofrendo.

MANIFESTAÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO E SEUS AFLUENTES



A14. Posição do Ministério do Ambiente

No entanto, estas denúncias e manifestações não foram suficientes para que o Ministério do Ambiente agisse oportuna e tempestivamente com a eficácia necessária para impedir a catástrofe ambiental e o grave problema de saúde pública que se anunciavam e que estão a ocorrer desde 13 de outubro de 2017, tendo culminado no dia 2 de novembro numa vastíssima mortandade de milhares de peixes e na destruição da fauna e flora do rio Tejo na massa de água da “Albufeira do Fratel”, entre Vila Velha de Ródão e a barragem do Fratel, que se propaga atualmente às massas de água a jusante pertencentes à mesma bacia hidrográfica.

A negação desta catástrofe ambiental e grave problema de saúde pública pelo próprio senhor Ministro do Ambiente ao afirmar que viu um rio “não tendo nenhum problema aparente de poluição (não havia peixes mortos)” é contraditada pelas imagens da morte de milhares de peixes publicadas na rede sociais em vídeos e fotografias registados por particulares e pelo proTEJO, bem como pelas fotografias com a chancela da Câmara Municipal de Nisa que mostram uma elevada quantidade de peixes mortos junto à central hidroelétrica da Velada, em Nisa (O Município de Nisa recolhe peixes mortos e exige medidas – 10/11/2017), e a sua recolha pelos funcionários da autarquia, sendo que face a este cenário a Câmara Municipal de Nisa oficiou o senhor Ministro do Ambiente exigindo “medidas efetivas de combate à poluição do rio Tejo”.

É ainda notória a inação do senhor Ministro do Ambiente para resolver esta catástrofe ambiental e grave problema de saúde pública quando decidiu culpabilizar pelo sucedido, imediatamente e incorretamente, as aflúências de caudais de Espanha e a seca severa que o país atravessa.

A14. Posição do Ministério do Ambiente(cont.)

Quanto a Espanha afirmou que “Temos mesmo de ir negociando com Espanha para que os caudais passem mesmo a ser diários”, é necessário “ter uma nova obrigação de volume mínimo diário e não de volume semanal”, “para enfrentar a poluição, além de intensificar os mecanismos de fiscalização naquela zona, realçou, é necessário aumentar a quantidade de oxigénio que existe naquela massa de água e isso faz-se, sobretudo, com mais água” (in Observador-13/11/2017) e “temos que ter uma maior capacidade para gerir aquela massa de água”(in TSF 13/11/2017).

A respeito dos caudais que afluem de Espanha o proTEJO tem vindo a defender a insuficiência dos caudais mínimos semanais e trimestrais estabelecidos na Convenção de Albufeira que, na nossa opinião, são pouco significativos por representarem, se cumpridos, respetivamente, apenas 12% e 36% do caudal anual de 2.700 hm³, permitindo assim uma grande variação dos caudais durante os dias, as semanas e os trimestres.

Assim, temos defendido que os caudais semanais e trimestrais da Convenção de Albufeira sejam estabelecidos em cerca de 80% do caudal anual e que sejam definidos caudais diários com a finalidade de evitar uma grande variabilidade dos caudais durante a semana e os trimestres e não para resolver o problema de poluição como pretendeu iludir dessa possibilidade o senhor Ministro do Ambiente.

Mas concordamos com o senhor Ministro do Ambiente quando este afirma que é preciso mais água no rio Tejo e temos vindo a defender a implementação de um regime de caudais ecológicos estabelecidos de forma científica que garantam o bom estado ecológico das águas do rio Tejo, integrando regimes de exceção, especificamente de seca, conforme previsto na Convenção de Albufeira, em vez de manter a atual definição de caudais mínimos fixados no Protocolo Adicional à Convenção de Albufeira, com critérios administrativos e políticos, que deveria ser meramente transitória.

Portanto, não colhe que a variabilidade dos caudais diários vindos de Espanha seja a causa dos atuais danos ambientais por poluição no rio Tejo.

Quanto à seca argumentou que “Muitos dos peixes que morreram não foi exatamente por fenómenos de poluição. Morreram por concentração de matéria orgânica num espaço onde o oxigénio se esgota e, portanto, a seca tem também aqui um contributo muito importante” realça o governante.” (in Reconquista-16/11/2017).

A situação de seca severa que o país atravessa é pública e notória, mas não é com toda a certeza um dos fatores que contribui para a poluição no rio Tejo nem para a falta de oxigénio na água uma vez que, como passamos a explicitar, não existe menos água este ano nas barragens da Estremadura espanhola nem nas barragens do Fratel e Belver em Portugal comparativamente com o nível de armazenamento de água nos anos de 2015, 2016 e na média dos últimos 10 anos, e têm ocorrido descargas significativas de caudais médios diários na barragem espanhola de Cedillo e nas barragens portuguesas de Fratel e Belver.

Com efeito, o volume de armazenamento de água nas barragens da Estremadura espanhola, que são as principais contribuintes para as águas enviadas para Portugal, encontrava-se em cerca de 50% da capacidade total de armazenamento (ver gráfico -embalses.net), entre setembro de 2017 e 13 de novembro de 2017, ou seja, com um nível de muito aproximado ao verificado no mesmo período dos anos de 2015, 2016 e à média dos últimos 10 anos (ver gráfico e quadro), sendo que a barragem de Cedillo, na fronteira, tem atualmente (13/11/2017) um volume de armazenamento de água 96,92% da sua capacidade total.

A14. Posição do Ministério do Ambiente(cont.)

Em território português, o volume de armazenamento de água nas barragens de Belver e do Fratel nos meses de Novembro de 2016 a Novembro de 2017 é superior ao registado no ano anterior de Novembro de 2015 a Novembro de 2016 (SNIRH).

No entanto, menores caudais diluem menos a poluição mas não geram poluição a não ser pelo fato das águas ficarem estagnadas e propensas a contribuir para a eutrofização quando haja excesso de nutrientes da poluição e elevadas temperaturas.

Nos últimos dias (9, 14 a 16 e 19 a 22 de novembro de 2017), têm ocorrido enormes descargas de caudais médios diários na ordem de 100 a 250 m³/s, por parte da barragem espanhola de Cedillo e também das barragens portuguesas de Fratel e Belver (SNIRH), muito acima do caudal efluente médio diário de 10 m³/s acordado entre a Agência Portuguesa do Ambiente e a EDP como empresa concessionária.

Incompreensivelmente, num período em que o Ministério do Ambiente comunicou que por motivos de seca e de poupança de água a produção hidroelétrica estaria limitada, as barragens de Fratel e de Belver não acumularam este afluxo extraordinário e significativo de água vinda de Espanha, a qual foi descarregada com o objetivo que pressupomos ter sido o de levar para jusante até ao mar a extrema poluição do rio Tejo e de renovar as águas e a sua qualidade na massa de água da "Albufeira do Fratel".

Assim, também não colhe que a seca seja a causa da extrema poluição no rio Tejo e dos atuais danos ambientais.

Mas se foi possível realizar este procedimento de renovação das águas após a catástrofe ambiental e grave problema de saúde pública que ocorreu com a mortandade de peixes já suprarreferida, não teria sido possível realizá-lo antecipadamente, com caudais mais regulares e homogéneos, numa ação de prevenção evitando os danos ambientais que daí sucederam?

O senhor Ministro do Ambiente afirmou ainda que "gostaria de falar quando tiver na mão os resultados das análises que estão a ser feitas e ainda não tenho" disse no domingo dia 12 de novembro (in Reconquista-16/11/2017).

Mas numa situação excecional de catástrofe ambiental e grave problema de saúde não seria urgente obter imediatamente os resultados das análises realizadas pela Agência Portuguesa do Ambiente e pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território?

A realidade é que ainda não são conhecidos estes resultados quando passaram mais de 15 dias da vastíssima mortandade de milhares de peixes e mais de 1 mês desde que começaram a aparecer os primeiros peixes mortos na zona entre Vila Velha de Ródão e a barragem do Fratel.

E fica também por responder a questão sobre ao motivo pelo qual não foram tomadas medidas preventivas relativamente às empresas em questão enquanto não são conhecidos os resultados das referidas análises.

A15. Posição das autarquias locais

Os Presidentes das Câmaras Municipais de Gavião, Abrantes, Mação e de Nisa denunciaram e solicitaram a intervenção do Ministro do Ambiente por forma a acabar com a poluição do rio e com a mortandade dos peixes, conforme documentos [4](#), [5](#), [6](#) e [7](#) que ora se juntam e dão por integralmente reproduzidos.

No ofício enviado pela Presidente da Câmara Municipal de Nisa ao Senhor Ministro do Ambiente podemos ler:

“ (...) o Rio Tejo continua a dinamizar a economia local, nomeadamente através da actividade piscatória e gastronomia associada. Face ao exposto e pela importância relevante deste recurso hídrico para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho, o mesmo não se coaduna com os mais recentes focos de elevada carga de poluição – crime ambiental (previsto pelo código penal art. 278.º e 279), que está a afectar o Rio Tejo, principalmente a jusante de Vila Velha de Ródão, o qual tem provocado uma mortandade elevada de peixes (achigã, carpa, barbo, lagostins entre outros), exterminando por completo todo o ecossistema do leito do rio, influenciando decisivamente toda a comunidade e o seu modo de vida.”

“Face ao exposto, mais uma vez, o Município de Nisa com os seus funcionários, procedeu hoje (10/11/2017) a uma intervenção urgente que se impunha por questões de saúde pública, neste último foco de poluição (início do mês de Novembro de 2017), na recolha e tratamento dos milhares de peixes que se encontravam em putrefacção, junto à localidade de Velada (...). A imagem e o cheiro nauseabundo são indescritíveis para os aqui relatarmos, por isso, somente alertamos V. Exas. para a necessidade, mais uma vez, se proteger o frágil ecossistema ainda existente no local, senão, corremos o risco, de um dia destes, em vez de discutirmos a problemática de um rio vivo, estamos a analisar um rio morto em toda a acepção da palavra. (...) Aguardamos assim, mais uma vez, a tomada de posição do Ministro do Ambiente (...).”

No referido ofício podemos também verificar que o município desde 2015 tem solicitado esta intervenção urgente, não tendo tido até ao momento qualquer resultado.

A16. Origem da poluição e responsabilidade ambiental

Neste contexto, existem indícios que as emissões de efluentes poluentes no rio Tejo realizadas pela Celtejo e Centroliva contribuem para o significativo nível de poluição constatado quer na massa de água “Albufeira do Fratel”, desde a zona de Vila Velha de Ródão até à barragem do Fratel, quer nas massas de água a jusante no curso do rio Tejo até Lisboa pertencentes à mesma região hidrográfica, podendo ter contribuído decisivamente para a elevada mortandade de peixe registada a 2 de novembro de 2017 e associada aos últimos eventos poluidores, visto que:

- a) a eutrofização ocorrida em 16 de setembro de 2017 por si só não teria um efeito tão danoso visto que a ocorrida em 25 de setembro de 2009, a mais grave pela sua extensão e intensidade, não causou uma vastíssima mortandade de peixes como a registada a 2 de novembro de 2017;
- b) a poluição extrema, visível a olho nu, registada em vídeo e denunciada por diversos cidadãos que integram a rede de vigilância do rio Tejo do proTEJO, ocorre na zona de Vila Velha de Ródão e propaga-se para as massas de água a jusante, existindo imagens da emissão de efluentes do emissário da Celtejo localizado em frente ao Caís Fluvial de Vila Velha de Ródão (<https://www.youtube.com/watch?v=9IBZrqWYIZ8> e <https://www.youtube.com/watch?v=b5-N7MPmDxM>);

A16. Origem da poluição e responsabilidade ambiental

- c) a falta de qualidade das águas e, conseqüentemente, do pescado a jusante de Vila Velha de Ródão é atestada pelo testemunho dos pescadores que optam por exercer a sua atividade piscatória a montante de Vila Velha de Ródão até à barragem de Cedillo;
- d) a Celtejo apresenta níveis de produção para os quais a ETAR existente não tem capacidade de assegurar o devido tratamento do efluente rejeitado na albufeira de Fratel, nomeadamente em relação aos parâmetros CBO5 e Fósforo Total;
- e) a Celtejo, ainda não estava concluída a ETARI, solicitou uma alteração da licença de emissão de efluentes para triplicarem o valor do parâmetro de Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO5), que foi imediatamente autorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente;
- f) a Celtejo, não estando ainda em funcionamento a sua nova ETARI, ao contrário do que seria de esperar ou desejar, e apesar de não ter capacidade de tratamento de todos os seus resíduos ainda assim decidiu aumentar a sua produção, agravando a situação;
- g) a Celtejo não acautelou o princípio da precaução e prevenção da responsabilidade ambiental uma vez que era possível prever e planear antecipadamente a necessidade de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI) para garantir a capacidade de tratamento dos efluentes resultantes dos atuais níveis de produção;
- h) a empresa Centroliva, apesar de não ter licença de descarga, fazia reiteradamente descargas na ribeira do Açafal e realizou, recentemente, "descargas de águas contaminadas".

Face a esta catástrofe ambiental e grave problema de saúde pública, constatou-se que a Celtejo, a Centroliva e a Agência Portuguesa do Ambiente não tomaram "sem demora as medidas de prevenção necessárias" para evitar os danos ambientais, nem executaram as "diligências viáveis para imediatamente controlar, conter, eliminar ou, de outra forma, gerir os elementos contaminantes pertinentes e/ou quaisquer outros fatores danosos, a fim de limitar novos danos ambientais e efeitos adversos para a saúde humana ou uma deterioração adicional dos serviços".

A ação das autoridades competentes do Ministério do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território tem fracassado quanto à contenção das práticas poluentes das empresas na bacia do Tejo, em especial na zona de Vila Velha de Ródão, não se conhecendo os resultados efetivos da sua atividade.

A deterioração da qualidade da água do rio Tejo devido a esta catástrofe ambiental da poluição tem graves efeitos negativos em inúmeras atividades económicas, sociais e culturais que a utilizam, como sejam, o abastecimento de água potável, o regadio de produtos agrícolas, a atividade piscatória, a utilização de zonas balneares de praias fluviais, a prática de desportos náuticos e turismo fluvial, a atividade turística e gastronómica, impedindo o aproveitamento do potencial de desenvolvimento da região ribeirinha e representando um problema para a saúde pública.

Nota-se, portanto, que a situação de poluição do Tejo na massa de água "Albufeira do Fratel" é recorrente e reiterada, e apesar de ser reconhecida a sua origem e principais contribuidores a situação tem-se mantido ao longo dos anos para prejuízo do ambiente, do rio em si, das pessoas que o circundam e da saúde pública.

A17. Pedido de intervenção da Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Procuradoria Geral da República

O proTEJO apresentou uma [denúncia à Comissão Europeia](#), uma [Petição à Comissão de Petições do Parlamento Europeu](#) e uma denúncia por crime público ambiental à Procuradoria-Geral da República, pretendendo que o Ministério do Ambiente português e do Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente espanhol tomem as seguintes medidas:

- a) A Confederacion Hidrografica del Tajo assegure o bom estado ecológico das massas de água fronteiriças e transfronteiriças, tendo em vista o cumprimento Convenção de Albufeira e a Diretiva Quadro da Água, nomeadamente, pela execução imediata da medida de melhoria dos atuais sistemas de tratamento de águas residuais urbanas "Saneamento e Depuração da Zona Fronteira com Portugal. Cedillo e Alcântara" e da "Estrategia para la Modernización Sostenible de los Regadíos, Horizonte 2015", bem como pela adoção de outras medidas que visem a eliminação da significativa carga poluente de fosforo que tem vindo a ser detetada nas análises efetuadas na barragem de Cedillo;
- b) A Agência Portuguesa do Ambiente reveja imediatamente a "licença de utilização de recursos hídricos – rejeição de efluentes" da Celtejo estipulando um nível de produção que não exceda a capacidade de processamento de efluentes da atual ETAR e defina valores limites de emissão (VLE) que garantam o objetivo de alcançar o bom estado ecológico da massa de água "Albufeira do Fratel", bem como das massas de águas a jusante da mesma e pertencentes à mesma bacia hidrográfica;
- c) A Agência Portuguesa do Ambiente e a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) intervenham de forma eficaz e definitiva tendo em vista a inequívoca identificação dos focos de poluição que originaram a mortandade de peixes a 2 de novembro de 2017, bem como a tomada de ações que visem a prevenção e reparação de danos ambientais nos termos da diretiva comunitária e da lei interna de responsabilidade ambiental;
- d) A Celtejo, a Centroliva e a Agência Portuguesa do Ambiente adotem de ações de prevenção e ações de reparação de danos ambientais nos termos da diretiva comunitária e da lei interna de responsabilidade ambiental.

A2. Poluição dos afluentes do Tejo

Os afluentes do rio Tejo são 14, desde [Rio Alenquer](#), [Ribeira de Algés](#), [Rio Almonda](#), [Rio Alviela](#), [Rio Jamor](#), [Ribeira da Laje \(Grande Lisboa\)](#), [Rio Maior \(rio\)](#), [Ribeira de Nisa \(Tejo\)](#), [Rio Ocreza](#), [Rio Ota](#), [Rio Pônsul](#), [Rio Sorraia](#), [Rio Trancão](#) e [Rio Zêzere](#).

Carta da Correição - 1640
Cartógrafo João Teixeira Albernaz I
Fonte: [Biblioteca Nacional Digital](#)



A2. Poluição dos afluentes do Tejo (cont.)

As situações mais conhecidas de poluição dos afluentes do rio Tejo são as descargas de efluentes das suiniculturas e da indústria agroalimentar no rio Maior, de químicos da indústria dos curtumes no rio Alviela, de fertilizantes químicos excessivamente usados na agricultura intensiva, da indústria de óleos e de álcool no rio Almonda e o seu afluente, a ribeira da Boa Água, e das águas residuais urbanas (ARU) diretamente e sem adequado tratamento na ribeira de Santa Catarina.



Algumas situações de poluição dos afluentes do rio Tejo:

[Ribeira de Santa Catarina – Ass. de Moradores do Casal Sentista Fontainhas e Covões](#)
[Crónica “Cá Por Causas” - Por Rios e Ribeiras - Jornal “A Barca” - 17 de Dezembro](#)

[Rio Almonda - GRUDAL](#)

[Rio Alviela – SOS Alviela](#)

[Mais uma descarga poluente no rio Alviela – Mirante – 09-01-2010](#)

[Cáceres, A Cidade que não depura as suas águas – ADENEX - 20 de Janeiro de 2010](#)

“Assim, a nossa cidade verte grande parte das suas águas residuais, domésticas e industriais diretamente, e sem depuração, em regatos que acabam por desaguar na Ribeira do Marco ou nos rios Guadiloba, Salor, Almonte e, finalmente, no Tejo.”

Vídeos

[TORRES NOVAS RIO ALMONDA POLUIÇÃO AMBIENTAL EXTREMA JULHO 2015](#)

[VALE DE SANTARÉM – POLUIÇÃO NO RIO MAIOR \(VALA DA AZAMBUJA \) NA ZONA DA PONTE DA ASSECA](#)

[RIO MAIOR CADA VEZ MAIS POLUÍDO, UM AUTÊNTICO ESGOTO QUE DESAGUA NO TEJO](#)

[NO RIO MAIOR CONTINUA O FLAGELO DA POLUIÇÃO DAS ÁGUA - 12 DE SETEMBRO DE 2015](#)

[DESCARGAS POLUENTE DE REGRESSO AO RIO ALVIELA - 6 DE DEZEMBRO DE 2013](#)

A3. Medidas contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes

- Tratamento de ARU e de efluentes da indústria
- Adoção de boas práticas agrícolas e de agricultura biológica
- Reabilitação do Património Natural com a conservação do leito e margens de rios e ribeiros, aquíferos e ecossistemas dependentes da água
- Educação ambiental sobre “Água e Rios”
- Recuperação e Conservação do Património Cultural

A3. Medidas contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes (cont.)

- E. Incentivos ao Turismo Cultural e de Natureza
- F. Valorização dos recursos hídricos no planeamento das autarquias (Planos estratégicos - recursos hídricos, PDM, etc.).
- G. Participação Pública do Plano Gestão Região Hidrográfica do Tejo
- H. A necessidade de uma fiscalização com capacidade de reposta, eficaz e eficiente, sobre:
 - 1) Respeito pelo domínio hídrico;
 - 2) Pesca junto a açudes e barragens;
 - 3) Controlo das atividades poluidoras através das seguintes medidas:
 - i. Aumento da fiscalização por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT);
 - ii. Eficácia na aplicação de sanções e suspensão ou cancelamento de licenças de descarga, sempre que se verifiquem situações de incumprimento sistemático;
 - iii. Obrigação de comunicação prévia das empresas sobre a realização do autocontrolo com um mínimo de 5 dias de antecedência para prevenir irregularidades no processo de amostragem;
 - iv. Encontrar uma solução legislativa que possa conferir ao Serviço de Proteção da Natureza da GNR (SEPNA) a competência de fiscalização em matéria de qualidade da água, alteração que deve ser acompanhada por uma formação adequada e oportuna dos seus operacionais por parte da APA;
 - v. Capacitar mais a própria APA em matéria de recursos humanos, nomeadamente através da certificação de mais técnicos para a recolha de amostras.
- I. Que as águas residuais urbanas (ARU), sejam objeto de:
 - 1) Gestão integrada das ETAR's;
 - 2) Supervisão do funcionamento das ETAR;
 - 3) Adaptação dos modelos de ETAR à função e local (FitoETAR, etc.);
 - 4) Alinhamento dos critérios de rejeição de efluentes e de eficiência de remoção definidos para cada ETAR com os objetivos estabelecidos para o estado ecológico das respetivas massas de água.

B. Eutrofização

[09-09-2009 - Ecosfera. Publico: Tapete verde de algas no rio Tejo chega às Portas de Ródão](#)

Em 25 de Setembro de 2009, o rio Tejo, ao passar pelas Portas de Ródão, trazia consigo um tapete verde de algas, causado pela poluição e pela redução do caudal, um problema cada vez mais frequente a colocar em causa a qualidade da água que põe em causa as atividades de lazer e a qualidade dos produtos agrícolas sujeitos à rega desta água poluída.



B. Eutrofização (cont.)

Este cenário repetiu-se 8 anos depois, a 16 de Setembro de 2017, e de acordo com um testemunho que nos fizeram chegar "Na passada 6ª feira, 15 de Setembro, foram efetuadas análises no rio Tejo junto à barragem do Fratel e à barragem do Cabril no rio Zêzere constatando-se que os níveis de oxigénio na água à superfície (oxigénio dissolvido) no rio Tejo em Fratel eram 100 vezes inferiores aos níveis medidos no rio Zêzere em Cabril. O oxigénio era tão baixo no rio Tejo que os peixes ou aprendem a respirar fora de água ou morrem. Esta é a realidade deste rio.



Os rios produzem e consomem oxigénio, sendo o seu equilíbrio essencial a vida do rio. A concentração de oxigénio na água é designada por oxigénio dissolvido (OD) e é medida em mg/L e % de saturação. Rios saudáveis devem ter níveis com cerca de 8 mg/L e acima de 90% de saturação. Valores de OD abaixo de 5 mg/L criam situações de elevado *stress* aos seres vivos provocando aumento de bactérias, decomposição dessa matéria e formação de gases como enxofre. Quando os níveis de OD são inferiores a 2 mg/L leva à morte da maioria dos organismos. Estes níveis são atingidos quando existe um grande nível de poluição e aparecimento em grande escala de matéria orgânica em decomposição."

A Eutrofização é um problema? Esta é a pergunta que deveria ser respondida pela ARH Tejo de modo a transmitir às populações as ameaças que a eutrofização representa e aquilo que pode e deve ser feito para a contenção ou eliminação dos seus efeitos nocivos.

Encontrámos um documento sobre [Lagos eutróficos](#) do [Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas](#) que pode perfeitamente cumprir esta função.

Ameaças

- Invasão de flora alóctone (espécie exótica e infestantes que não tem suas origens no lugar onde existe).
- Alterações do uso do solo com repercussões na qualidade da água.
- Eutrofização dos meios aquáticos devido à atividade antrópica.



A eutrofização é um fenómeno que afeta inúmeros lagos, albufeiras, rios e mesmo zonas marinhas costeiras de todo o mundo, alterando o equilíbrio do ecossistema e deteriorando a qualidade da água o que limita a sua utilização.

A eutrofização pode ser definida como um aumento da quantidade de nutrientes e/ou matéria orgânica num ecossistema aquático, resultando numa maior produtividade primária e, geralmente, na diminuição do volume total do ecossistema. Devido a um aumento de nutrientes disponíveis, originam-se *blooms* (aumentos de grande magnitude) de algas verdes e de cianobactérias (algas azuis) que podem ter efeitos nocivos. São estes *blooms* que acabam por provocar o aumento da produtividade primária.

O excessivo enriquecimento em nutrientes das massas de água e a consequente degradação dos sistemas aquáticos é um fenómeno cada vez mais comum, maioritariamente induzido direta ou indiretamente por atividades humanas.

B. Eutrofização (cont.)

Orientações de Gestão

- Controlo de espécies exóticas infestantes.
- Controlo do despejo de efluentes não tratados.
- Incrementar a qualidade e extensão do tratamento dos efluentes agrícolas, urbanos e industriais.

Condicionar alterações ao uso do solo indutoras de alterações na qualidade da água, em zonas limítrofes à área de ocupação do habitat.

[23.01.2010 – DN - Plantas infestantes invadem Tejo no Fratel](#)

Plantas infestantes Azolla e Lemna estão a aparecer nas águas do rio Tejo, na zona da albufeira de Fratel, desde quinta- -feira, mas "não representam qualquer tipo de perigo para a saúde", soube o DN junto da Administração da Região Hidrográfica (ARH) do Tejo, entidade tutelada pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Segundo a mesma fonte, "a situação já está a ser acompanhada" por esta entidade, que mobilizou técnicos para recolherem amostras de água no local. Adiantou que essas amostras foram ontem "entregues para análise no laboratório da ARH do Tejo e no Instituto Superior Técnico, no sentido de identificar as causas do seu aparecimento".

Salienta que "estas plantas existem naturalmente na Península Ibérica, sendo utilizadas como fertilizante azotado, nomeadamente na cultura do arroz e ainda para tratamento de efluentes.

Não representam perigo para a saúde, quer por ingestão ou por contacto direto". A mesma fonte refere que a Administração da Região Hidrográfica do Tejo "vai manter-se em contacto com a Confederación Hidrográfica del Tajo, dado que a ocorrência foi detetada inicialmente na albufeira espanhola de Cedillo".

3. Conectividade Fluvial

A conectividade fluvial no rio Tejo encontra-se limitada por diversas barreiras artificiais entre as quais as barragens de Fratel e Belver e, no Concelho de Abrantes, o açude insuflável de Abrantes e o travessão da PEGOP, no Pego.

Estes obstáculos impedem a conectividade fluvial prejudicando a progressão de espécies ao longo do rio e a passagem de pequenas embarcações.

A reposição da conectividade fluvial é, no caso em que está identificado o dono de obra, da responsabilidade deste, o que se aplica nas duas situações descritas, ou seja, açude insuflável de Abrantes, cujo dono de obra é a Câmara Municipal de Abrantes, e no açude da PEGOP, cujo dono de obra é a Central Termoelétrica do Pego.

A. Açude Insuflável de Abrantes

Este equipamento foi construído em 2005-2006 e destina-se a criar um espelho de água permanente para fins cénicos e lúdicos. A reposição da conectividade fluvial é, no caso em que está identificado o dono de obra, da responsabilidade deste, o que se aplica nas duas situações descritas, ou seja, açude de Abrantes, cujo dono de obra é a Câmara Municipal de Abrantes, e no açude da PEGOP, cujo dono de obra é a Termoelétrica do Pego.

A. Açude Insuflável de Abrantes (cont.)

Dispõe de um circuito para descarga de caudal ecológico, na margem direita, e de uma escada de peixes, na margem esquerda.

Com a sua construção criou-se uma barreira artificial e a conectividade foi afetada, estando interrompida a circulação de embarcações e tendo-se registado que as espécies piscícolas diminuíram a montante afetando as comunidades piscatórias.

Sobre a quebra do fluxo normal dos sedimentos ainda está por fazer essa avaliação.

Em 2009, na sequência de uma mortandade de peixes, a Câmara Municipal de Abrantes, foi notificada para instalar um sistema, na escada passa peixes, de contagem de espécies piscícolas que o fizesse por três arribações.

Justificando-se com a construção de uma mini-hídrica e que a empresa que iria instalar o referido equipamento, nada foi feito, e em 2015 nova mortandade aconteceu.

Atualmente uma equipa do MARE está a monitorizar 20 lampreias chipadas para poder fazer um relatório sobre as arribações de espécies piscícolas mas não é conhecido nenhum projeto que integre a circulação de embarcações.

A comunidade de pescadores e as associações da Ortiga consideram que o açude de Abrantes dificulta a migração das espécies piscícolas e que a sua passagem para peixes (PPP) não funciona e não deixa subir o rio para montante.

Neste contexto, defendem que a gestão hídrica do açude de Abrantes observe regras que garantam a subida das espécies piscícolas na época de reprodução à semelhança daquelas que são impostas à atividade piscatória, ou seja, que mantenha as comportas do açude "abertas" entre os meses de Dezembro e Maio.

As praias de cascalho (cascalheira) são fundamentais para a desova das espécies piscícolas de arribação que usam o cascalho para bater e provocar a desova, e por se encontrarem maioritariamente acima de Abrantes a existência de condições que garantam a subida da lampreia, enguia e sável, etc, até esta zona, ou mesmo acima de Belver, é determinante para a sua capacidade de reprodução.



Caudal reduzido no



B. Travessão da PEGOP

A construção deste travessão causou polémica há 25 anos, levando mesmo a alterações ao projeto inicial devido aos obstáculos que criava à passagem dos peixes. O travessão visa o aumento do nível do caudal na zona para permitir a captação de água para a central. Os técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) fizeram uma vistoria ao travessão que está a ser reconstruído no Tejo, na zona de Abrantes, e o dono da obra foi obrigado a abrir um canal para permitir a passagem de peixes e pequenas embarcações de pesca, sendo a obra da responsabilidade da Central Termoelétrica do Pego (Pegop).

B. Travessão da PEGOP (cont.)

O Movimento Protejo endereçou a seguinte questão ao Ministério do Ambiente, "Quais as diligências ou intervenções que o Governo pondera realizar no sentido de reposição da conectividade fluvial no açude de Abrantes e no açude da PEGOP no Pego permitindo a passagem de peixes e de embarcações de pequeno porte?" que obteve a seguinte resposta:

"O PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste inclui um conjunto de Medidas relativas à reposição da Conectividade fluvial, nomeadamente:

- PTE3P01M02_SUP_RH5 Garantir a transponibilidade pela enguia (e outras espécies piscícolas) do Açude de Abrantes, incluído no 1º nível de ação preconizado no Plano de Gestão da Enguia
- PTE3P01M03_SUP_RH5 Garantir a transponibilidade pela enguia (e outras espécies piscícolas) da barragem de Belver e da Barragem de Fratel, incluídas no 1º nível de ação preconizado no Plano de Gestão da Enguia
- PTE3P02M34_SUP_RH5 Plano para a reconstituição da continuidade fluvial, restauração da vegetação ripária e revisão do regime de caudais ecológicos.



Relativamente ao Travessão do Pego foi emitido o TURH que inclui:

rebaixar a cota média da crista do travessão (rebaixamento em cerca de 1,0 m face ao perfil atualmente existente), manter a rampa para passagem de peixes junto da margem direita à cota 23,0 m, monitorização da passagem para peixes, de acordo com as orientações do ICNF.

[RIO TEJO BLOQUEADO À NAVEGAÇÃO E AOS PEIXES ABRANTES MOURISCAS PORTUGAL 11 de dezembro de 2015](#)

[O "TRAVESSÃO" DO TEJO É PARA CONTINUAR - 16 de dezembro de 2015](#)

4. Monitorização da água superficial

A promoção da transparência e de incentivo à participação pública implica uma adequada monitorização das massas de água e a disponibilização dos dados, designadamente:

1. A disponibilização de dados de monitorização das massas de água superficiais, para utilização pública e em tempo real, dos dados relativos aos seguintes indicadores:
 - a) Quantidade de água dos caudais (hm³ e m³/s) para aferir do cumprimento de caudais da Convenção de Albufeira
 - b) Qualidade das massas de água fronteiriças e transfronteiriças e respetivos indicadores do Estado Ecológico
 - c) Caudal sólido
 - d) Indicadores radiológicos
2. Integração das redes de monitorização de Portugal e Espanha (SNIRH e SAIH)
3. Relatório do estado ecológico das massas de água transfronteiriças no âmbito da Convenção de Albufeira pela [Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira](#) (CADC)

5. Biodiversidade

A. Reserva Natural do Estuário do Tejo

A [Reserva Natural do Estuário do Tejo](#) abrange uma extensa superfície de águas estuarinas, salinas, pastagens e terrenos agrícolas numa área superior a 14 mil hectares, com uma avifauna aquática que lhe atribui o estatuto de uma das mais importantes zonas húmidas do País e uma das mais importantes da Europa. A importância do estuário do Tejo, reconhecido como reserva natural desde 1976, devido à diversidade e à riqueza da flora e fauna que abriga, é considerado o maior do país, e da sua ligação ao Estuário do Sado.

B. Parque Natural do Tejo Internacional

O [Parque Natural do Tejo Internacional](#) é um parque natural português que abrange uma área de 26.484 ha no Distrito de Castelo Branco onde o rio Tejo constitui a fronteira entre Portugal e Espanha.

O Tejo internacional, zona que abrange o vale do troço fronteiriço do rio Tejo, bem como vales confinantes e zonas aplanadas adjacentes, é uma área de reconhecida importância em termos de conservação da natureza, nomeadamente pelos valores faunísticos que alberga e em que se destacam várias espécies estritamente protegidas por convenções internacionais, algumas das quais classificadas como espécies em perigo de extinção, outras com o estatuto de vulneráveis e outras ainda consideradas raras.

O conjunto das arribas do Tejo desempenha um papel fundamental na conservação das espécies da flora e da fauna, juntamente com outros biótopos característicos das paisagens meridionais, nomeadamente vastas zonas de montado de sobre e azinho e algumas estepes cerealíferas.

Destacam-se, igualmente pelo elevado valor, as linhas de água com comunidades vegetais ripícolas associadas e, no domínio da avifauna, espécies estritamente protegidas por convenções internacionais.

C. Reserva Natural do Paul do Boquilobo

A [Reserva Natural do Paul do Boquilobo](#) tem um elevado valor ornitológico, albergando uma importante colónia de garças, recebendo populações de anatídeos do Norte da Europa, é um ponto importante nas migrações outonais de passeriformes e nela ocorrem ou nidificam algumas espécies raras em Portugal. O salgueiro e alguma variedade de plantas aquáticas fazem parte dos traços marcantes da sua vegetação. Em meados de Julho alberga uma colónia de alguns milhares de garças, em Novembro e Fevereiro é palco de repouso e alimentação de arrábios, zarros, marrequinhas e pato-coelho. Tem também interesse para a conservação da fauna piscícola

Situa-se entre a confluência do rio Almonda e rio Tejo, ao longo da junção dos concelhos de Torres Novas e Golegã na parte sudeste da freguesia da Brogueira. A reserva é uma zona húmida rica devido ao seu valor ornitológico.

6. Floresta

A. Ecosistemas Florestais e Recursos Hídricos - ECOESA

Do ponto de vista conceptual a importância das florestas começa na capacidade que estas têm de interceptar e redistribuir a precipitação e os nevoeiros criando condições microclimáticas muito próprias. Assim, a importância das florestas no balanço hídrico não está ligada ao aumento da água no solo, ou da precipitação, mas ao efeito regulador que as florestas exercem sobre esse balanço. Os ecossistemas florestais desempenham ainda uma função vital na produção de água potável. A floresta, sobretudo a vegetação ribeirinha, funciona como um bio filtro removendo nutrientes em excesso e poluentes.

Perante tudo isto, a administração das áreas florestadas deverá ser encarada, cada vez mais, como um mecanismo que permite a manutenção da quantidade e qualidade dos nossos recursos hídricos, com base numa silvicultura integrada e sustentada que permita manter em equilíbrio o elo que une os ecossistemas florestais e os recursos hídricos.

B. Impacto da Floresta de Eucalipto e Recursos Hídricos

O debate sobre os aspetos qualitativos e quantitativos de hidrologia de florestas naturais e plantadas, analisando a intercetação de água precipitada, intercetação de água no solo, evapotranspiração e vazão em micro bacias hidrográficas visa esclarecer, sem esgotar o assunto, a influência da cobertura florestal sobre o regime hidrológico, através do balanço regional e local.

“Os dados disponíveis apresentam uma clara evidência de que as florestas plantadas de eucalipto, no que diz respeito ao balanço hídrico, não diferem de outras espécies florestais, apresentando alterações (diminuição do deflúvio com o reflorestamento da bacia e aumento do deflúvio com o corte raso das espécies) da mesma magnitude de resultados similares obtidos com outras espécies florestais. No conjunto, a imagem hidrológica das espécies de eucalipto é suficientemente clara para eliminar qualquer preocupação para com possíveis efeitos adversos no regime hidrológico. Porém, o aspeto dualista desse problema ambiental não decorre apenas de pressões ambientalistas, mas corresponde a um avanço no conhecimento de aspetos naturais, do funcionamento e de inter-relações do ecossistema.” - [Um debate sobre a hidrologia de florestas de eucalipto – Anderson Luis Ruhoff.](#)

B. Impacto da Floresta de Eucalipto e Recursos Hídricos (cont.)

“Embora ainda não se possa prever com exatidão os impactes hidrológicos de um eucaliptal, pode pelo menos considerar-se que estes são normais, tendo em conta que se trata de povoamentos com alta densidade, de folha persistente e explorados intensivamente. São também analisados os efeitos negativos sobre o solo, fazendo notar que estes se devem sobretudo às práticas seguidas na instalação e exploração do eucaliptal, e são sugeridas alterações a essas técnicas, dada a necessidade de conservação do solo.” ALMEIDA, Ana Ferreira de. [O Eucaliptal em Portugal: Impactes Ambientais e Investigação Científica](#). Silva Lus. [online]. dez. 2008, vol.16, no.2 [citado 31 Janeiro 2010], p.275-276. ISSN 0870-6352.

7. Assoreamento

A. Assoreamento, Erosão, Fogo, Eucalipto

Depois de anos a discutirem-se os efeitos nefastos do eucalipto sobre os recursos hídricos talvez agora possamos colocar, de uma vez por todas, o dedo na ferida. É preciso deslocar a pergunta para outros "Campos" e perguntar: Qual o impacto da substituição da vegetação autóctone por plantações de pinheiros e eucaliptos no assoreamento do Tejo, face à facilidade com que permitem a desertificação e a erosão hídrica, a que acresce a sua reduzida resistência aos fogos? Os caudais sólidos que resultam desta erosão não vão sair pela barra do Tejo, muito menos com a escassez de água que temos hoje em dia.

[António Campos \(1\)](#), em "[Eucalipto? Não, obrigado!](#)" quando questionado sobre o que é preciso mudar, respondeu «Era fundamental voltar à floresta tradicional no País, baseada no sobreiro, azinheira, carvalho, castanheiro e salgueiro, e que é muito resistente ao fogo. É preciso uma estratégia de reconversão das áreas ardidas. No último quadro comunitário recebemos 160 milhões de contos para reflorestação e, se se fizerem as contas, mais de 100 milhões são para arder. É preciso deixar de financiar o pinheiro e o eucalipto. E é fundamental que haja associações de produtores que cuidem da floresta, e que se penalizem os que não o fazem." - Diário de Notícias 11.09.2005.

B. A utilização do Rio - Nuno dos Santos – II Congresso do Tejo - 2006

"Existe no entanto uma realidade. O leito do rio Tejo na planície Ribatejana está em assoreamento e daí a necessidade da extração de inertes que tem unicamente como objetivo melhorar o funcionamento fluvial e ambiental, no troço de Valada a Abrantes."

"Depois de um longo percurso parece ter sido encontrado o caminho para as extrações de areia do Tejo serem executadas nas condições técnico e ambientais tendentes a melhorar o funcionamento hidráulico do rio. Estas práticas têm obviamente se estar sustentadas numa monitorização permanente que permita a sua melhoria."

"Toda esta informação se encontra desenvolvida no Plano Específico de Gestão de Extração de Inertes no Domínio Hídrico do Rio Tejo elaborado para a CCDR-LVT pelo LNEC e que se encontra em fase de aprovação."

C. Intervenção do Sr. Presidente da CCDR-LVT - II Congresso do Tejo - 2006

O Sr. Presidente da CCDR-LVT afirmou, na sua intervenção no II Congresso do Tejo, a necessidade de desenvolver o "Plano Específico de Extração de Inertes do rio Tejo" (PEEIRT), elaborado pelo LNEC, considerando a necessidade de uma sustentada extração de inertes, que qualificou como atividade de interesse público no âmbito ambiental, com os seguintes objetivos específicos:

- Contrariar o assoreamento natural do rio;
- Manutenção dos canais de navegação;
- Garantia da integridade do leito e das margens do rio e mitigação dos efeitos em caso de cheias;
- Preservação do equilíbrio ecológico do rio através da salvaguarda dos valores ambientais (Sustentabilidade);
- Segurança das pontes e outras construções.

D. Posição da Associação dos Areeiros e de Conservação do Rio Tejo – 2006

A AACRT – Associação dos Areeiros e de Conservação do Rio Tejo, fundada a 20 de Fevereiro de 2004, é uma Associação sem fins lucrativos, que representa 16 Empresas, cuja atividade é a exploração de Inertes do Rio Tejo.

[Audiência com Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território – 20 Março 2007](#)

Cais de Vila Nova da Barquinha – Novembro de 2009



8. Cheias e Inundações

A. SECA E CHEIA NO TEJO

A natureza surpreende-nos e oferece-nos a cheia depois da seca, e o Tejo apresenta-se novamente selvagem e indomável. As barragens espanholas no Tejo têm servido para a produção de energia e para desviar água para outras bacias hidrográficas, mas causam intensos prejuízos com a seca que lançam na bacia do Tejo, com o aumento dos períodos naturais de retorno das cheias que impedem a periódica fertilização natural dos terrenos agrícolas, com o excessivo assoreamento do rio que acentua as inundações e coloca em evidência a sua impotência para evitar as que resultam das condições climatéricas.

E ninguém melhor que os [próprios pescadores para nos dizerem que rio precisamos](#).

“António: Água, tanta água. Já há muitos anos que não vias tanta água no Tejo! Tu queres é água, água com fartura é que é preciso!

Manuel: Tu é que queres água para andares à pesca!

António: E é verdade, havia de estar sempre assim ou mais alto!”

["As cheias no rio Tejo" - João Mourato](#)

B. Medidas Preventivas e Corretivas

As medidas preventivas são sem dúvida bastante relevantes visto poderem evitar os prejuízos e os impactos negativos das cheias, mas tudo indica que o Governo não vai cumprir a data prevista para a transposição da diretiva - [Diretiva n.º 2007/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho](#) - que vem enquadrar e melhorar o processo de avaliação e gestão dos riscos de inundação, o que acarretará atrasos no processo e nas datas definidas para o mesmo. Importaria assim obter esclarecimento sobre quais as medidas de preventivas que estarão no terreno e, se apesar da falta de transposição, as orientações de carácter preventivo constantes da diretiva vão ou não ser operacionalizados de imediato, visto que apenas dispomos do [Regulamento de Segurança em Barragens](#) e das Normas.

As medidas de carácter corretivo deverão integrar a avaliação do risco de acidentes em barragens de Portugal e de Espanha e dos seus impactos, bem como as medidas atualmente ativas com vista à mitigação da vulnerabilidade do vale do Tejo, como sejam, a atualização de planos de emergência e dos sistemas de segurança.

[Cheias](#) - [Medidas de Autoproteção](#) - [Autoridade Nacional de Proteção Civil](#)

C. Gestão de Estruturas Hidráulicas (Barragens)

Por outro lado, quanto à gestão das estruturas hidráulicas, sobre qual nos pronunciámos no âmbito das QSIGA, importa garantir a participação e auscultação das populações ribeirinhas no planeamento da utilização da água e na sua monitorização, com ênfase nos utilizadores diretos do curso de água como sejam os sectores económicos ligados ao rio – pescadores, atividades de turismo/lazer e agricultura em leito de cheia, neste último caso, com especial relevo para a **utilização das cheias controladas com vista à fertilização natural** dos solos e ao reforço da agricultura biológica.

9. Nuclear

A. Zonas Uraníferas

O [Movimento Urânio em Nisa, Não \(MUNN\)](#) lançou na Internet uma [petição](#) para protestar contra a eventual exploração de urânio na região.

A associação ambientalista Quercus também se opõe à eventual exploração de urânio em Nisa, alertando para os "grandes impactos" que tal poderá causar em termos ambientais e da saúde da população. "O urânio tem muito mais consequências do que outros minérios normais, tanto em termos dos impactos para o ambiente, como dos problemas que implica para a saúde", disse Nuno Sequeira, do núcleo de Portalegre da Quercus.

A última mina de Urânio em Portugal foi encerrada há 15 anos em Viseu.

[Nisa: petição contra exploração de urânio – 6 Fevereiro 2008](#)

Palestra "Contexto Internacional da Exploração de Urânio - Apresentação dos casos da Namíbia e do Brasil" – 22 de Janeiro 2010, organizada pelo MUNN com o apoio da Câmara Municipal de Nisa.



B. Cemitérios Nucleares

A localização dos cemitérios nucleares está a ser discutida em Espanha, já que no dia 29 de Dezembro de 2009, "el Gobierno abrió la convocatoria pública para conocer los municipios interesados en albergar el Almacén Temporal Centralizado (ATC) de residuos radiactivos de alta actividad, que podrán ser «todos» los situados en territorio español, excepto los terrenos que sean considerados «no aptos» por sus propias características geológicas o por las especiales protecciones medioambientales a las que estén sujetos”.

Este tema deverá ser acompanhado pelas autoridades portuguesas que tutelam a comissão dos rios internacionais, sendo que o proTEJO estará atento às decisões tomadas neste domínio, bem como aos impactos ambientais sobre os recursos hídricos na bacia do Tejo.

[LA "GOLOSINA" DE UN ALMACÉN DE RESIDUOS RADIATIVOS - Plataforma Anticementerio Nuclear de Guadalajara - 8 Dezembro 2009](#)

[Manifestación multitudinaria contra el cementerio nuclear en Ascó – ABC.es – 24 Janeiro 2010](#)

[Projecto de instalação de cemitério nuclear gera polémica em Espanha – Lusa - 26 Janeiro 2010](#)

[Espanha tem nove cidades candidatas a abrigar cemitério nuclear da Efe – 29 Janeiro 2010](#)

[Yerba quer ter um cemitério nuclear à porta – Público – 31 Janeiro 2010](#)

C. Energia Nuclear – Almaraz

“É simples: quando a banheira transborda, antes de ir buscar a esfregona, tem que se fechar a torneira” - [Cemitério de resíduos e coerência – 26 de Janeiro 2010](#) - [ADENEX](#).

Uma lógica simples e verdadeira transmitindo que o problema da energia nuclear apenas pode ser resolvido intervindo na produção e no armazenamento dos resíduos radioativos, posição advogada pela ADENEX que defende “Não é adequado decidir sobre o armazenamento de resíduos radioativos até que haja um calendário e um plano de encerramento de todas as centrais nucleares em Espanha. Esse será o momento para conseguir um consenso social, político e territorial, em que as organizações ambientais estarão envolvidas.”

[Porque se deve encerrar Almaraz? – ADENEX - 6 Março 2008](#)

Os riscos de contaminação das águas do Tejo são reais e estão expressos nas declarações efetuadas na reportagem [“O meu vizinho é uma central nuclear” – Diário de Notícias - 5 Dezembro 2009](#) - "Mas a água da represa está contaminada, garantem José Mazón e Paca Blanco, o primeiro da Associação de Defesa da Natureza e dos Recursos da Estremadura e a segunda dos Ecologistas em Ação estremenhos e da Plataforma Encerrar Almaraz. A contaminação pode ser feita através do ar e, aí, o perigo está na franja onde passam os ventos predominantes que vêm de Portugal. A zona montanhosa de Jaraiz é uma delas.



C. Energia Nuclear – Almaraz (cont.)

A outra é através da **água do rio Tejo**", explica Mazón, professor na área ambiental, dizendo que o problema começa quando as **fugas dos finos tubos de vapor se misturam com a água que é devolvida à represa e depois ao rio**. "O trício, substância que sai do material radioativo, já foi encontrado na água de Cáceres", refere, enquanto Paca, por seu lado, sublinha também que as placas térmicas que separam as águas na represa têm fissuras."

Almaraz. A central nuclear é mesmo uma bomba-relógio? – Observador – 12 janeiro 2017

A central nuclear de Almaraz tem vindo a estar em foco nos últimos tempos devido ao anúncio da construção de um armazém temporário individualizado de resíduos nucleares (ATI) que Espanha anunciou que irá realizar e que se suspeita poderá servir para prolongar para além de 2020 o funcionamento desta obsoleta central nuclear, que iniciou o seu funcionamento em Outubro de 1981, quando a Alemanha encerrou centrais com a mesma antiguidade para avaliar a sua segurança e ponderar a sua continuidade em funcionamento.



O proTEJO desde 2011 que se decidiu pelo **NÃO** à continuidade de funcionamento da central nuclear de Almaraz por diversos motivos:

1º. A existência de evidências de radioatividade artificial no rio Tejo superior à detetada noutros rios (Zêzere, Douro, Minho e Guadiana) por influência da central nuclear de Almaraz que neste descarrega as águas de refrigeração dos seus dois reatores, de acordo com os relatórios com Campus Tecnológico e Nuclear do Instituto Superior Técnico, e cujo efeito se estende desde a entrada do rio Tejo na fronteira em Cedillo até Valada no Cartaxo;

2º. O elevado risco de acidente nuclear numa central, prenunciado pelos sucessivos acidentes ocorridos por se tratar de uma central nuclear obsoleta que apenas dista sete quilómetros do Parque Nacional de Monfrague, cento e dez quilómetros do Parque Nacional do Tejo Internacional, em território português, locais onde se alimentam as cegonhas negras, as águias imperiais e os abutres negros, e cento e cinquenta quilómetros de Castelo Branco, um grande concelho português com cerca de 55 mil habitantes;

3º. A dificuldade de contenção de uma eventual contaminação radiológica do rio Tejo por acidente nuclear na central nuclear de Almaraz visto que apenas as barragens da Estremadura espanhola poderiam conter a água contaminada uma vez que as barragens de Fratel e Belver-Ortiga são barragens de fio de água e deixarão passar toda a contaminação radiológica que venha de Espanha, não existindo em Portugal capacidade de evitar que se estenda para jusante até Lisboa;



C. Energia Nuclear – Almaraz (cont.)

4º. A insuficiência de meios de intervenção em caso de acidente nuclear, desde a ausência de planos de emergência para as várias cidades e regiões afetadas, apenas elaborados para a região de Castelo Branco, a escassez de material de descontaminação, que apenas se encontra disponível para os elementos do exército, ficando a população sujeita apenas às medidas básicas de proteção, como sejam, permanecer dentro dos edifícios, fechar todas as portas e janelas, desligar ventilações e lavar com água e sabão as vítimas contaminadas com radioatividade, e ainda a escassa coordenação entre os organismos responsáveis e a falta de informação aos cidadãos sobre os riscos de acidente nuclear.

Estes factos levam-nos a defender não apenas a anulação da decisão de construção do armazém temporário individualizado de resíduos nucleares (ATI), através de recurso das autoridades portuguesas para as instituições europeias, seja a Comissão Europeia, seja o Tribunal de Justiça Europeu, com base na necessidade de apresentação de estudo de impacto ambiental transfronteiriço do ATI, mas também a apelar para que o Ministro do Ambiente português pressione o governo espanhol para o imediato encerramento da central nuclear de Almaraz que, face aos motivos acima apresentados, representa um verdadeiro risco de segurança das populações espanholas e portuguesas, neste último caso desde Castelo Branco até Lisboa.

Além disso, e à semelhança do que temos vindo a defender, consideramos que deveria ser imediatamente elaborado um estudo, por uma entidade especializada e independente, no sentido de saber se a central nuclear de Almaraz apresenta ou não condições de segurança para funcionar e quais os atuais impactos ambientais transfronteiriços da sua atividade, tal como deverá ocorrer para o armazém temporário individualizado de resíduos nucleares (ATI).

Ao governo espanhol desejávamos perguntar se a lamentável tragédia do Japão não é suficiente para a consciência de que a energia nuclear não é solução e se não será este o momento de investir seriamente na investigação de energia alternativas e sem riscos para o bem-estar ambiental e humano.

Na nossa opinião a única forma de garantir a segurança das populações é dizer não ao nuclear e optar por energias verdadeiramente limpas e seguras.

O proTEJO integra o [Movimento Ibérico Antinuclear](#) e participa ativamente nesta causa tendo estado presente nas duas manifestações em Cáceres a 11 de Junho de 2016 e em Madrid a 10 de Junho de 2017.



II. Património e Cultura

10. Tejo: fator de identidade regional e nacional

O Tejo foi a primeira via de entrada de populações humanas no território atualmente português, as suas margens conservam, bem como toda a rede hidrográfica da sua bacia, desde os tempos pré-históricos com vestígios de enorme relevância (gravuras rupestres, monumentos megalíticos, povoados neolíticos, etc.), cuja preservação e possibilidade de conhecimento para as gerações atuais e futuras também depende da gestão saudável do rio, no qual tem tido um papel relevante, entre outros o [Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo](#), o [Geopark Naturtejo](#) e a [Associação de Estudos do Alto Tejo \(AEAT\)](#).

Em tempos Históricos a sua relevância é enorme desde fortificações, castelos a casas e quintas apalaçadas (Quinta da Cardiga, por exemplo, constantemente ameaçada pelas cheias também potenciadas pelo excessivo assoreamento do Tejo), são vários os exemplos de um património edificado de incontornável valor para a identidade das populações regionais e nacionais, bem como um potencial recurso económico através do turismo integrado – ambiente, património e cultura, de que são exemplo o [Castelo de Almourol](#), o [Museu dos rios e das artes marítimas](#) e a [Casa Relvas](#).

A marca do Tejo na identidade regional e nacional é fruto da vivência das populações ribeirinhas em comunhão com o rio, que reforça os laços culturais que as ligam e que é parte da sua identidade e constitui uma componente decisiva das suas culturas.

[As vidas ribeirinhas na construção da identidade nacional – Nauticampo 2008 - ANMPN](#)

11. TAGUS Universalis – Candidatura a Património da Humanidade

Apresentada sob o nome de “Tagus Universalis”, é a candidatura mais recente, apresentada dia 11 de Setembro (Dia do Tejo) num encontro ibérico a decorrer no Pavilhão de Portugal da Expo Saragoça 2008. Candidatura ibérica é promovida pela portuguesa Tagus Vivan (anteriormente a Associação dos Amigos do Tejo e pela espanhola Tajo Sostenible. Maior rio da Península Ibérica, o Tejo tem «uma vasta bacia hidrográfica, o maior estuário e a maior reserva de água da Europa, para além de outras valências tanto naturais, de paisagem e de biodiversidade, como de património histórico e cultural». O objetivo é criar um programa ibérico “para a recuperação e valorização integral do Tejo e das frentes de água, desde a nascente até à foz”. A iniciativa conta já com a adesão de 20 municípios ribeirinhos dos dois países, bem como regiões de turismo e o Porto de Lisboa.

[“O Tejo, Património Universal” - Declaração de Vila Franca de Xira](#)

[Viagem no Tejo da Nascente até à Foz](#)

[Tejo Ibérico a Património da Humanidade – 11 Setembro 2008 – Expo Saragoça](#)

[A candidatura do Rio Tejo a Património Mundial - Ass. Amigos do Tejo – 8 Outubro 2008](#)

[Amigos do Tejo e Tajo Sostenible querem elevar o rio a património mundial – Mirante - 25 Junho 2009](#)

[Elevação do Tejo a Património da Humanidade debatida em conferência Lisboa- 24 Fevereiro 2010](#)

[Espanña y Portugal se alían para lograr que el Tajo sea Patrimonio de la Humanidad - Tribuna de Talavera – 25 Setembro 2009](#)

[Encontro Transnacional TAGUS UNIVERSALIS - Talavera de la Reina - 24 e 25 Setembro 2009](#)

12. Os Pescadores do Tejo

A. Os últimos pescadores do Tejo

Os pescadores do Tejo sentem hoje imensas dificuldades face à escassez de água e aos açudes do Tejo, como constatou a [Reportagem Especial, realizada a 22 de Julho, com montagem de Hugo Alcântara e imagem de Tiago Trindade \(Vídeo\)](#).

"Os barcos já nem cheiram a peixe e nem é porque andam mais bem lavados. De madeira ou fibra sintética as poucas embarcações que ainda se deixam ver, pelas margens do Tejo, por aí passam a maior parte do tempo: à margem.

As barragens que desregulam o caudal, açudes que não deixam fluir o peixe e até a pesca selvagem e furtiva conduziram à decadência da atividade. A arte tradicional está a acabar e até as mais importantes espécies do rio correm sérios riscos de extinção."

B. A Cultura Avieira

A preservação do património e cultura das populações ribeirinhas que vivem o seu quotidiano em plena comunhão com o rio Tejo é fundamental para que os laços entre a natureza e a cultura perdurem e se fortaleçam.

Este tem sido o desígnio do [projecto de candidatura da cultura Avieira a património nacional](#) (<http://www.ipsantarem.pt/avieiros>) quanto à cultura dos pescadores Avieiros que vieram da praia de Vieira de Leiria e se fixaram ao longo deste rio a partir do século dezanove, à procura do sustento para as suas famílias e das condições de sobrevivência que o mar da praia de Vieira de Leiria lhes negava e que conseguiram sobreviver e prosperar em harmonia com o rio, que lhes foi generoso no passado.

[O projeto denominado "A Cultura Avieira a Património Nacional" foi aprovado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo \(CCDR-A\)](#), estando a ser liderado pelo Instituto Politécnico de Santarém e pela Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça (AIDIA), em parceria com outras instituições da região.

O financiamento para o projeto foi aprovado no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), dentro do programa de valorização económica dos recursos endógenos (Provere).

O projeto esteve representado na [2ª Feira Internacional de Turismo - BTL / Bolsa de Turismo de Lisboa](#) - na FIL realizada entre 13 e 17 de Janeiro de 2010.

Para os pescadores Avieiros o que foi outrora um jardim de peixe, é hoje infelizmente uma promessa de fósil, caso não se tomem medidas urgentes para o salvar, tanto em Portugal como em Espanha, considerando urgente assegurar que o caudal do Tejo seja o que era antigamente, acabar com a poluição que afasta os peixes e envenena o ambiente e as pessoas, criar canais de passagem para os peixes nas barragens e nos açudes, acabar definitivamente com a pesca ilegal do meixão ou enguia-bebé e combater as máfias organizadas no seu contrabando para Espanha e para a Ásia.



C. Pescadores do Tejo e projeto de Museu das Artes da Pesca Tradicional no rio Tejo

Os pescadores da Ortiga encontram-se associados à [Associação Recreativa Cultural e Desportiva "Os Amigos da Estação de Ortiga"](#) e a Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga.

Estas associações têm como missão preservar as tradições locais sendo uma grande dinamizadora e lutadora pela criação do [Museu das Artes da Pesca Tradicional no Rio Tejo](#) em Ortiga, concelho de Mação, projeto que tem como objetivo principal preservar uma arte com mais de 500 anos e dar a conhece-la.

[O proTEJO – Movimento Pelo Tejo e as associações e entidades aderentes do Município de Mação realizaram hoje, dia 27 de Junho de 2010, uma reunião de trabalho](#) para apresentação deste movimento de defesa do Tejo e para conhecimento do envolvimento e ligação destas populações ribeirinhas com o rio Tejo, bem como das suas aspirações na defesa do seu património natural e cultural associado ao rio, em especial da **[CULTURA E ARTES DA PESCA TRADICIONAL NO RIO TEJO](#)**.

A freguesia de Ortiga, Mação, já homenageou um dos últimos calafates da localidade, Manuel Pires Fontes e aproveitou a ocasião para reforçar a vontade de construir um Museu das Artes da Pesca Tradicional que preserve as tradições locais e onde se possam expor, pelo menos, dois picaretos (embarcações típicas de Ortiga) construídos pelo homenageado.

[Embarcações do "Ti Fontes" dão mote a Museu da Pesca em Ortiga – 7 de Janeiro de 2010 – O Mirante](#)

D. Os Calafates

A preservação dos símbolos mais significativos é determinante para que estas culturas perdurem, em especial das suas ferramentas de trabalho, as embarcações.

"O calafate é o último profissional a passar as mãos na construção de uma embarcação de madeira, antes da pintura. Num trabalho seráfico, o calafate é quem assegura o trabalho iniciado pelo mestre de risco (aquele que vê) e continuado pelo carpinteiro (aquele que faz). A arte de calafetar consiste na impermeabilização do barco, em passar fios de algodão ou estopa nas frestas do costado para evitar a entrada de água. É o calafate quem separa o barco do mar." em [critica de Enzo Potel sobre "O Calafate Míope" de Cristiano Moreira, Editora Papa - Terra, 2009](#).

Assim, importa agir para garantir que esta arte de calafatar seja preservada e transmitida às gerações vindouras mantendo viva a arte e a cultura associada e a sua aplicação na [construção de embarcações típicas do Tejo](#) destinadas ao desenvolvimento do turismo cultural.

Uma das profissões em vias de extinção, quer no concelho de Vila Nova da Barquinha, quer em Portugal, é da Calafate. Em Vila Nova da Barquinha, na Rua da Barca, existe ainda uma oficina de construção e reparação de pequenas embarcações fluviais, como as lanchas do Tejo ou os botes Catraios, onde labuta o último Calafate do Concelho - José Marques.

[O Calafate de Vila Nova da Barquinha - 13 de Janeiro de 2009](#)

[Tenho orgulho nestes barcos – 7 de Janeiro de 2010 – Jornal ABARCA](#)

[Ti Manel dos picaretos - Reportagem - RTP Notícias – 27 de Setembro de 2016](#)

[Morreu o 'Ti Fontes', o pescador e calafate que tratava o Tejo por pai – 23 de Janeiro de 2017](#)

D. Os Calafates (cont.)

Vídeos do Ti Manel Fontes:

[CONSTRUÇÃO DE BARCO \(PICARETO DO TEJO\) MANUEL PIRES FONTES. ORTIGA MAÇÃO](#)

[CALAFATE FAZ CORDAS ARTESANALMENTE PARA REDES "TI" FONTES EM ORTIGA MAÇÃO](#)

[O ORTIGUENSE "TI" FONTES NA TELEVISÃO T V I FALANDO DO BARCO TÍPICO DE ORTIGA MAÇÃO O PICARETO](#)

[CONSTRUÇÃO DO BARCO PICARETO DO TEJO, TÍPICO DE ORTIGA-MAÇÃO, PELO MESTRE TI' FONTES](#)

E. Embarcações Tradicionais

O estuário do Tejo foi, desde sempre, uma encruzilhada de botes, faluas, fragatas e varinos. Apesar de ser cada vez mais difícil encontrar estas emblemáticas embarcações, ainda navegam algumas delas, que os municípios preservaram.

A pesca, o transporte de passageiros e mercadorias entre as inúmeras localidades espalhadas ao longo do rio são a principal razão dos diferentes tipos de embarcações que aqui se podiam encontrar. São também antigas embarcações de tráfego local entre cais e portos do estuário do Tejo, funções que serviram até ao início da década de setenta do século passado.

[Embarcações Tradicionais \(Tejo\) - Cultura Avieira - Facebook](#)

[As embarcações tradicionais do Tejo - Associação Nacional de Cruzeiros](#)

[Embarcações Tradicionais - Associação Nacional de Cruzeiros](#)

[Classificação das Embarcações Típicas do Tejo](#)

[Barcos do Tejo - Associação de Estudos do Alto Tejo](#)

[A Diversidade de Embarcações Tradicionais do Estuário do Tejo](#)

[Embarcações tradicionais | Câmara Municipal do Seixal](#)

[Embarcações Tradicionais | Câmara Municipal da Moita](#)

["Bote Leão": este barco oferece passeios em Alcochete](#)

Vídeos:

[Embarcações Tradicionais do Tejo - YouTube](#)

[Catraios, canoas, faluas e varinos - YouTube](#)

[Barcos Típicos do Tejo - YouTube](#)

[Encontro de embarcações tradicionais - ANS 2014](#)

F. Marinha do Tejo - 1860

Em 1860, conforme registo na publicação "Archivos Pitorescos", existia ao longo do Tejo a amarração de 1143 embarcações e respetivas tripulações (arrais, camarada e moço).

Estes, podiam ser números como outros tantos, não fossem expressivos desta Armada popular que defendeu as linhas do Tejo durante as invasões francesas. Ficou, assim, designada a Marinha do Tejo ou a Marinha Pequena: combateu os invasores, matou a fome a Lisboa durante os cercos, transportou o pão, as gentes, a cortiça e o biscoito da epopeia portuguesa, levou a água à sede, foi o sangue nas veias do Tejo ligando durante séculos as suas margens onde, por decreto, morreu imolada.

F. Marinha do Tejo – 1860 (cont.)

Estas memórias, estas gentes, estes barcos são património do Tejo, das suas margens, identidade de uma região de homens e mulheres humildes que combateram pela nossa independência.

No dia Europeu do Mar, o Governo institucionaliza a Marinha do Tejo, o espólio vivo do Museu da Marinha, composto pelas embarcações típicas que navegam no Tejo.

O seu nascimento foi formalizado pelo Despacho nº 15899/2008, de 20 de Maio, publicado no Diário da República, 2ª série - Nº111 - 11 de Junho de 2008. O seu momento fundador ocorreu no antigo (04-08-1724) Cais de Pedra da Moita.

No dia 28 de Junho de 2008, no cais da Moita, em cerimónia pública, na presença de Suas Excelências o Sr. Secretário de Estado da Defesa e Assuntos do Mar e o Chefe do Estado-Maior da Armada, Alm. Fernando José Ribeiro de Melo Gomes que se dignaram solenizar com a assinatura do termo de abertura, foi o Livro de Registos da Marinha do Tejo assinado por todos os proprietários e arrais das embarcações participantes a quem foram entregues cadernetas e distintivos da Marinha do Tejo.

O dia 28 de Junho ficou consagrado como Dia da Marinha do Tejo.

[Marinha do Tejo – Fernando Carvalho Rodrigues](#)

[Marinha do Tejo - Paixão por Lisboa](#)

[Marinha do Tejo - APAETT – Associação dos Proprietários e Arrais das Embarcações Típicas do Tejo](#)

Vídeos:

[Dia da Marinha do Tejo 2017](#)

[Marinha do Tejo 2016](#)

III. Defesa do Tejo

13. Mobilização de Cidadãos em Defesa do Tejo

17 de Maio 2009
Salvar a Terra e a Água

Em Vila Nova da Barquinha, a 17 de Maio teve lugar a iniciativa **“Salvar a Terra e a Água”**, promovida pelo Instituto Democracia Portuguesa (IDP) com o apoio da Fundação D. Manuel II, da COAGRET e da autarquia local, e que contou com a presença de D. Duarte de Bragança e do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles.

A iniciativa teve por principal objetivo denunciar os impactos do Plano Nacional de Grandes Barragens e a “ameaça” que representa para a Reserva Agrícola Nacional (RAN) o decreto-lei 73/2009.

Esta iniciativa teve a participação de organizações ambientalistas nacionais e espanholas. Soledad de La Llama da Rede Cidadã para uma Nova Cultura da Água convidou os portugueses a participar, dia 20 de Junho, numa manifestação em Talavera de La Reina contra a política de transvases que, alega, está a matar o rio Tejo.



20 Junho 2009

Manifestação em Defesa do Tejo em Talavera de la Reina

A manifestação realizada em Talavera de la Reina, convocada pela Plataforma em Defesa do Tejo e do Alberche, juntou 40.000 cidadãos que se manifestaram no dia 20-J, entre os quais estiveram 40 cidadãos portugueses de Vila Nova da Barquinha e do Entroncamento, bem como representantes da COAGRET, do projeto da Cultura Avieira (representante do Instituto Politécnico de Santarém e da AIDIA - Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça).

A divulgação e apelo à participação na manifestação, bem como a deslocação a Talavera de la Reina foram apoiadas e promovidas pelos representantes do Município de Vila Nova da Barquinha na Assembleia e na Câmara Municipal.

[Comunicado da Fundação Nova Cultura da Água](#)

[Manifesto "Pelos Nossos Rios" – 20J - Talavera de La Reina](#)

20 Junho 2009

Manifestação em Defesa do Tejo em Talavera de la Reina

[Lista de Participantes](#)

[Vídeo da RTV Castilla - La Mancha](#)

[Reportagem fotográfica](#) da Delegação Portuguesa

[Reportagem fotográfica](#) de Graciela Ferrer (de Xuquer Viu)

[Outra reportagem](#) de Santiago Vaquero (de IU de Rivas)

VOGAR CONTRA A INDIFERENÇA

O proTEJO tem vindo a realizar a atividade "VOGAR CONTRA A INDIFERENÇA" com a finalidade de divulgar a necessidade de uma Nova Cultura da Água, os problemas do rio Tejo e seus afluentes e mobilizar os cidadãos para uma experiência de fluviofelicidade em contato com o rio e com a água. Desde 2009 foram realizadas 5 edições desta atividade:

[1º Vogar Contra a Indiferença](#)

Alpiarça / Caneiras - Santarém
17 de Outubro de 2009



[2º Vogar Contra a Indiferença](#)

Cedilho / Portas de Ródão
9 de Maio de 2010

[3º Vogar Contra a Indiferença](#)

Constância / Vila Nova da Barquinha
24 de Setembro de 2011

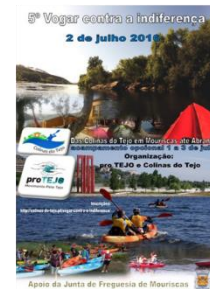
[4º Vogar Contra a Indiferença](#)

Vila Velha de Ródão / Monte do Arneiro
19 de outubro de 2013



[5º Vogar Contra a Indiferença](#)

Colinas do Tejo - Mouriscas / Abrantes
2 de Julho de 2016



17 de Outubro de 2009

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 1º Vogar Contra a Indiferença

A "Vogar Contra a Indiferença", a 17 de Outubro de 2009 em Caneiras - Santarém, estiveram 126 participantes e de 35 organizações, tendo comparecido mais de duzentas pessoas para acompanhar as intervenções em defesa do Tejo e da cultura Avieira, tendo sido expressas na "[Carta Contra a Indiferença](#)" as reivindicações em defesa do Tejo.

A [descida de canoa entre Alpiarça e Caneiras com 21 canoístas](#) desempenhou o seu papel mostrando o maltrato a que o Tejo está cometido, desde o assoreamento que impediu os barcos dos Bombeiros de Alpiarça e Almeirim de acompanhar a descida de canoa. Contudo, este percalço não colocou em causa a segurança porque não existia profundidade de água para os participantes se afogarem. Pelo caminho abundam os bancos de areia, as redes de pesca ilegais, as dragas a atravessarem o rio cujos cabos impedem a normal passagem das canoas, tendo que intervir o monitor levantando os cabos, a abundância de espécies exóticas que invadem as margens, os limos que abundam e impedem os pescadores de lançar os aparelhos, o mau cheiro das águas em zonas de águas paradas... – [Reportagem Fotográfica](#).

O [cruzeiro do Tejo](#) partiu de Lisboa com um total de 106 cruzeiristas no bote-de-fragata "Baía do Seixal", nos 2 varinos, "Vala Real" e "Liberdade", e em mais 5 veleiros, avançando pelo Grande Estuário com cuidado para não encalharem e chegaram a Valada do Ribatejo graças à experiência e saber dos seus arrais. Pelo caminho a beleza natural e paisagística, bem como as redes ilegais de pesca do meixão, algo a ser erradicado para proteger as criações para os pescadores que respeitam o Tejo e a sua fauna – [Reportagem Fotográfica](#).

A "Vogar Contra a Indiferença", a 17 de Outubro de 2009 em Caneiras - Santarém, estiveram 126 participantes e 34 organizações, tendo comparecido mais de duzentas pessoas para acompanhar as intervenções em defesa do Tejo e da cultura Avieira.

1. [Carta Contra a Indiferença por Paulo Constantino, porta voz do proTEJO – Movimento Pelo Tejo](#)
2. [Lurdes Asseiro, Presidente do Instituto Politécnico de Santarém e representante do projecto de candidatura da cultura Avieira a Património Nacional](#)
3. [Miguel Mendez-Cabeza, representante dos movimentos espanhóis, porta voz da Plataforma para a defesa do Tajo e do Alberche, de Talavera de la Reina](#)



9 de Maio de 2010

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 2º Vogar Contra a Indiferença

A atividade "[Vogar Contra a Indiferença - Pelos nossos rios, pelo nosso futuro](#)" congregou [cerca de 80 canoístas e 40 embarcações que desceram este domingo, dia 9 de Maio de 2010](#), o rio Tejo desde a barragem de Cedilho ao cais fluvial de Vila Velha de Ródão, numa ação que juntou portugueses e espanhóis em defesa de uma gestão sustentável do rio.

9 de Maio de 2010

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 2º Vogar Contra a Indiferença

Em Vila Velha de Ródão, algumas centenas de pessoas aguardavam a chegada das canoas para ouvir a leitura de uma [Carta Contra a Indiferença](#), documento no qual o proTEJO e as restantes organizadoras do evento, apelam às autoridades competentes, a nível internacional, nacional, regional e local, que defendam o rio Tejo e os seus afluentes.

Exige ainda "o cumprimento da Diretiva Quadro da Água, ou seja, a garantia de um bom estado das águas do Tejo", a monitorização do cumprimento permanente do regime de caudais ambientais, a recusa dos transvases do Tejo e o apoio à investigação de alternativas sustentáveis, baseadas no uso eficiente da água.

A atividade "Vogar Contra a Indiferença" foi organizada pelo movimento proTEJO e pelas associações, a Adenex (defesa da natureza e recursos da Extremadura), a AZU (ambiente em zonas uraníferas), a ASA (Salavessa viva), o MUNN (movimento urânio em Nisa não), a Quercus e a CerciZimbra. A iniciativa contou ainda com o apoio da Associação de Estudos do Alto Tejo, do Geopark Naturtejo, da Rede de Cidadania por uma Nova Cultura da Água do Tejo/Tajo, da United Photo Press/2010 - Ano Internacional da Biodiversidade, e dos municípios de Nisa e de Vila Velha de Ródão.



A Carta realça que o Tejo é o elemento unificador de toda a bacia ibérica e das gentes ribeirinhas.

"As populações do Alto Tejo conseguiram sobreviver e prosperar em harmonia com o rio que lhes foi generoso no passado e que será essencial no futuro", sublinha.

Para este movimento, "a preservação do rio Tejo é um tributo que os cidadãos devem oferecer a este património, sendo urgente assegurar que o caudal do Tejo seja o que era antigamente, acabar com a poluição que mata os peixes e envenena o ambiente e as pessoas, criar canais de passagem para os peixes nas barragens e nos açudes e acabar definitivamente com a pesca ilegal".

Acrescentam ainda que "neste futuro não têm lugar nem o Urânio nem o Nuclear, enquanto recursos energéticos insustentáveis do ponto de vista do desenvolvimento ambiental, social e económico, que colocam em risco a segurança dos cidadãos".

[Reportagem Fotográfica](#)

[Vídeo](#)

24 de Setembro de 2011

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 3º Vogar Contra a Indiferença

Uma centena e meia de cidadãos participaram na descida de canoa a "VOGAR CONTRA A INDIFERENÇA" no dia 24 de Setembro de 2011 numa ação de mobilização dos cidadãos em defesa do Tejo e do património natural e cultural associado e protesto contra a sobre exploração a que o Tejo se encontra submetido em resultado do aumento dos transvases.

24 de Setembro de 2011

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 3º Vogar Contra a Indiferença

A atividade contou com a participação de cidadãos de ambos os lados da fronteira, provando-se que a defesa dos rios ibéricos ultrapassa as fronteiras administrativas e une os cidadãos com os mesmos problemas, independentemente da sua nacionalidade.

A iniciativa consistiu numa descida em canoa que teve início na praia fluvial de Constância, com paragem no Castelo de Almourol, e cuja expedição chegou ao seu destino no Caís da Hidráulica no Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha, realçando a beleza deste património natural e cultural associado ao rio.

Na praia fluvial de Constância procedeu-se à leitura da [Carta Contra a Indiferença](#) que evidenciou a necessidade de defender o rio Tejo da sobre exploração da água devido aos transvases da água do Tejo para a agricultura intensiva no sul de Espanha, e a importância do regresso de modos de vida ligados à água e ao rio que as atividades de educação e turismo de natureza, cultural e ambiental permitirão sustentar.



Esta atividade transmitiu aos participantes e às populações ribeirinhas a importância da conservação do rio Tejo focando a necessidade de uma regulamentação da gestão de barragens e açudes que garanta um regime fluvial adequado à prática de atividades náuticas e à migração e reprodução das espécies piscícolas, que integre verdadeiros caudais ecológicos e uma continuidade fluvial proporcionada por passagens para peixes eficazes.

No parque ribeirinho de Vila Nova da Barquinha foram por fim apresentados os vetores estratégicos da análise do projeto de Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo cujo processo de participação pública se encontrava em curso.

[Reportagem fotográfica](#)

19 de Outubro de 2013

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 4º Vogar Contra a Indiferença

Mais de uma centena de portugueses e espanhóis de diversas organizações da Rede do Tejo / Red del Tajo reuniram-se neste fim-de-semana para marcar a quarta edição da descida de canoagem "Vogar Contra a Indiferença". Este ano, o protesto reivindicativo partiu navegando pelo Tejo e atravessando as emblemáticas Portas de Ródão entre os distritos de Castelo Branco e Portalegre.

O proTEJO e as organizações a si associadas expressaram a sua indignação e rejeição à celebração do chamado "memorando de entendimento" e à alteração regulamentar associada, que visa perpetuar o Transvase Tejo - Segura. Foi reprovado que este documento, assinado na semana passada entre o Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente da Espanha e os governos das regiões de Valência e Múrcia e que também teve o acordo, com a sua assinatura, das comunidades de Castilla la Mancha, Extremadura e Madrid, não só tenha sido celebrado sem a participação da cidadania da bacia espanhola, mas também tenha ignorando completamente a dimensão internacional que tem o rio Tejo.

19 de Outubro de 2013

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 4º Vogar Contra a Indiferença

Portanto, neste encontro, reivindicou-se a necessidade de um esforço conjunto dos governos de Portugal e Espanha, voltada para uma gestão de acordo com a Diretiva Quadro da Água e respeitador dos direitos das povoações e populações do Tejo, capaz de restaurar a vida do rio e, com isso, o desenvolvimento de comunidades ribeirinhas.

Além disso, destacou-se a necessidade de continuar a fortalecer os laços já existentes entre os cidadãos de toda a bacia hidrográfica, desde a nascente em Espanha, até a foz em Portugal.

A ausência de caudais, as descargas poluentes, a potencial exploração de urânio fronteiriça e a regulação excessiva do rio, causada pela exploração hidroelétrica, são os principais problemas do Tejo em Portugal.



Entre os grupos da Rede presentes encontravam-se cidadãos das povoações ribeirinhas de Aranjuez, Madrid, Toledo, Talavera de la Reina, arredores do Tietar, Extremadura, Arneiro, Nisa, Marvão, Cartaxo, Abrantes, Barquinha, Santarém, e Lisboa que leram um manifesto em Português e Espanhol com as seguintes reivindicações: A cessação do Transvase Tejo – Segura; a necessidade de uma gestão sustentável do rio, de acordo com a Diretiva Quadro da Água que implica o estabelecimento e quantificação do regime sazonal caudal ambiental garante do bom funcionamento dos ecossistemas aquáticos e estilos de vida associados o rio; a conformidade com a Convenção de Albufeira; a abertura de debates sobre os efeitos das indústrias de celulose instaladas em Vila Velha de Rodão, da produção de energia hidroelétrica em ambos os países e da central nuclear de Almaraz; implementação de medidas para restaurar o rio através da promoção da identidade social e cultural das comunidades das suas margens e por novas políticas baseadas no desenvolvimento da gestão pública, transparente e participativa.

[Vídeo](#)

2 de Julho de 2016

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 5º Vogar Contra a Indiferença

[Mais de uma centena de pessoas, participando organizações portuguesas e espanholas que têm problemas comuns, desceram em canoa, dia 2 de Julho de 2016](#), desde a praia fluvial de Mouriscas das Colinas do Tejo até ao Aquapolis em Abrantes, onde foi lida a [Carta Contra a Indiferença](#), num troço de nove quilómetros que demorou mais de três horas do que o previsto devido ao baixo caudal do rio, com o objetivo de chamar a atenção para os problemas do rio e alertar para os obstáculos e problemas de navegabilidade.

Vogar pelo rio Tejo desde as Colinas do Tejo nas Mouriscas até Abrantes para promover a navegabilidade do rio Tejo é mostrar que não somos indiferentes à herança passada das populações ribeirinhas que viviam o rio pela atividade piscatória, da qual tiravam o seu sustento, nem à lembrança de que o rio funcionava como estrada fluvial para o transporte de pessoas e mercadorias, e que temos esperança num futuro onde exista um aproveitamento fluvial para atividades de pesca, transporte e lazer.

2 de Julho de 2016

Pelos Nossos Rios Pelo Nosso Futuro – 5º Vogar Contra a Indiferença

O tema da iniciativa era a conectividade fluvial e a navegabilidade no rio Tejo, uma vez que o travessão construído pela Pegop - Central Termoelétrica do Pego [que atravessa o Tejo no troço percorrido] não permite a navegabilidade para montante e jusante, porque, chegados ali, os participantes tiveram de atravessar com as canoas por cima do travessão.

Aquele obstáculo não permite a passagem de embarcações de pequeno porte, nomeadamente para montante e o vogar pretendeu que a necessidade de encontrar uma solução para este problema não caia no esquecimento por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Esta é uma forma de mostrar porque é que vale a pena preservar o rio e o património que lhe está associado, alertando para os problemas dos transvases em Espanha, a retenção das águas nas barragens espanholas e a instabilidade dos caudais do rio e denunciando o que tem vindo a causar efeitos nefastos à qualidade da água do Tejo, como a poluição agrícola e industrial e mesmo nuclear (dada a existência da central de Almaraz).

O proTEJO defende ainda a necessidade da revisão da Convenção de Albufeira, com uma gestão única para todo o Tejo ibérico e com caudais ecológicos sustentáveis para a fauna e flora e que salvaguardem a identidade das populações ribeirinhas.

A atividade "Vogar Contra a Indiferença" foi organizada pelo movimento proTEJO e pelas Colinas do Tejo nas Mouriscas.

[Rio Tejo – Caudais reduzidos e travessão do Pego preocupam ambientalistas – O Ribatejo](#)

[Descida do Tejo em canoa alerta para problemas do rio – Diário de Notícias](#)

Reportagem [Audiovisual](#) e [Fotográfica](#)

MANIFESTAÇÕES CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO

Em virtude dos elevados níveis de poluição extrema que se têm verificado no rio Tejo o proTEJO tem vindo a apelar aos cidadãos e às comunidades ribeirinhas da bacia do Tejo a unirem-se e a participarem nas MANIFESTAÇÕES CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO E SEUS AFLUENTES, que se realizaram no dia [25 de Setembro de 2015](#), com concentração nas praias fluviais, nos cais fluviais e nos parques ribeirinhos do rio Tejo e afluentes, no dia [4 Março de 2017](#), em Vila Velha de Ródão, e no dia [14 de Outubro de 2017](#) em Lisboa.

[Manifesto](#)

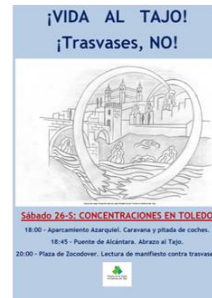
MANIFESTAÇÃO IBÉRICA POR UM TEJO VIVO 26 de Setembro de 2015

Marco histórico na defesa de um património natural, a bacia do Tejo



MANIFESTAÇÕES CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO

MANIFESTAÇÃO IBÉRICA
POR UM TEJO VIVO
26 de Setembro de 2015



MANIFESTAÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO
DO RIO TEJO E SEUS AFLUENTES



OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

WORKSHOP
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO
E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL **ÁGUA E RIOS**

Salvaterra de Magos,
6 de Junho de 2010

Centro de Interpretação e
Educação Ambiental do Cais da Vala

Programa

- 9 h 00 m - Recepção dos Participantes
- 9 h 30 m - Abertura Oficial e Boas Vindas
- 10h00 m - "Projecto Rios - Line Pessoas e Rios - Bacia hidrográfica do Tejo" - Projecto Rios
- 10h 45 m - "ECOCUBES e Programa Água do projecto "Jovens, ambiente e cidadania" - OPE - Organização para a Promoção dos EcoClubes
- Café
- 11h 45 m - "A escola no Tejo" - JuvenTejo - Associação Juvenil Tejo Vivo
- 12h 30 m - Almoço Livre
- 14 horas - "Água e Rios" - SETA - Soc. Portuguesa Para Des. Educação e Turismo Ambiental
- 14h 45m - "Eco - Escolas - Tema Água" - ABAAE - Associação Bandeira Azul da Europa
- Café
- 16h 15 m - "Eco Educação Sustentável" - Projecto Museu do Mundo
- 17 h00 m - Mesa Redonda "Água e Rios - Reflexos do Ambiente"

Inscrições e Informações
protejo.aguaerios@gmail.com
(+351919061330)

Organização:

**1º CONCURSO DE FOTOGRAFIA
PROTEJO**

**Proteger o Rio Tejo,
preservar a Água**

Prémios do 1º ao 10º classificados
Voucher da United Photo Press

Entrega dos trabalhos no Centro Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Barcelos. Inscrições até ao dia 10 de Setembro de 2010. Máximo de 3 trabalhos por participante.

Os trabalhos serão expostos na Casa da História da Vila Nova de Barcelos, de 29 de Setembro a 10 de Outubro de 2010.

Regulamento em /
Jornal Escolar /
Contactos e informações /
[LINKS]

Organização /
proTEJO /
Barcelos /
Ecoartox /
Com o apoio /

BIG JUMP
2005 A 2015 **RIOS A 100%**

**13 HORAS
11 JUNHO 2010
ALAMAL - RIO TEJO**

BIG JUMP
... por toda a Europa

O Big Jump é uma iniciativa europeia que tem como objectivo aproximar os cidadãos dos ecossistemas de água doce e alertar para a poluição dos rios. As 13h de Portugal do dia 11 de Junho milhares de pessoas em vários países da Europa irão **MERGULHAR NO RIO** em simultâneo, com o objectivo de chamar a atenção para os problemas e desafios que os rios enfrentam nos dias de hoje.

**VEM MERGULHAR CONOSCO!
O TEJO ESPERA POR TI!**

**VEM MERGULHAR NO RIO TEJO
PRAIA FLUVIAL DO ALAMAL**

- Seguir pela A23 até à saída 13 (N244 Gavião)
- Seguir em direcção a Gavião (passando por Belver e pela ponte sobre o Tejo)
- No cruzamento virar à direita rumo à praia do Alamal

<http://movimentoprotejo.blogspot.com>
www.lpn.pt
www.cm.gavião.pt
www.bigjump.org

**IV Jornadas
POR UN TAJO VIVO**
En defensa del Tajo y sus rios

Almal, Vila Nova de Barcelos, Foto: Jornadas Vivo

**28, 29 y 30 de mayo
Rivas Vaciamadrid (Madrid)**
En defensa del Tajo y sus rios

OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

FESTA DA ÁGUA DO TEJO

VILA NOVA DA BARQUINHA
25. SETEMBRO. 2010

JORNADAS CIENTÍFICAS INSERIDAS EM EVENTO CULTURAL SOBRE O RIO TEJO, COM FOTOGRAFIA, PINTURA, POESIA E MÚSICA FLUVIAL.

JORNADAS CIENTÍFICAS

AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL

09H00 RECEÇÃO DOS PARTICIPANTES
09H30 ABERTURA OFICIAL

10H00 1º PAINEL
**EFEITOS DA SEDIMENTAÇÃO:
DA NASCENTE À FOZ**
MODERADOR TERESA AZEVEDO
JOSÉ NUNES ANDRÉ
INVESTIGADOR DO INSTITUTO DO MAR - GRUPO DE INVESTIGAÇÃO EM SISTEMAS SEDIMENTARES, HIDRODINÁMICAS E TRANSFORMAÇÕES FLUVIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
VITOR NUNES
IAS - OS ANDEIOS E DA CONSERVAÇÃO DO TEJO

DEBATE

10H45 2º PAINEL
FOCOS DE POLUIÇÃO NO RIO TEJO
MODERADOR PAULA CHAINHO
DOMINGOS PATACHO
DIRECTOR-ASS. NAC. DE PROTECÇÃO DA NATUREZA
JAIME FERREIRA
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE AGRICULTURA BIOLÓGICA

DEBATE

PAUSA PARA CAFÉ

11H45 3º PAINEL
**REQUALIFICAÇÃO
E VALORIZAÇÃO DO RIO TEJO**
MODERADOR PIERLUIGI ROSINA
PEDRO TEIGA
ESPECIALISTA EM REABILITAÇÃO DE RIOS E RIBEIRAS DA FACULDADE DE ENGENHARIA DO PORTO
JOSÉ PINTO LEITE
COORDENADOR NACIONAL DO PROGRAMA POLIS TEJO

DEBATE

12H30 ALMOÇO LIVRE

14H30 4º PAINEL
**A SOBRE EXPLORAÇÃO DA ÁGUA
NO TEJO: CAUSAS E MEDIDAS**
MODERADOR ELSA MATOS SEVERINO
CARLOS CUPETO
DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO INSTITUTO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGAÇÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO
MIGUEL ÁNGEL SANCHEZ
PLANIFICADOR EM CRIANÇA DO TEJO E DO ALBERCHE DE VALLEYERA DE LA REINA

DEBATE

PAUSA PARA CAFÉ

15H00 MESA REDONDA
PROTEGER O RIO, PRESERVAR A ÁGUA
MODERADORA SARA CURA
JOSÉ BASTOS SALDANHA
PRESIDENTE DA SECÇÃO DE GEOGRAFIA DOS OCEANOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE GEOGRAFIA E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO TEJO UNIVERSAL
MANUEL LACERDA
PRESIDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA REGAÇÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO
PAULA CHAINHO
INVESTIGADORA DO INSTITUTO DE OCEANOGRAFIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA E REPRESENTANTE DA LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA
PIERLUIGI ROSINA
DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE TERRITÓRIO, ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
TERESA AZEVEDO
PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
ELSA MATOS SEVERINO
REPRESENTANTE DA CULTURA E ARTES DA PESCA TRADICIONAL DO RIO TEJO NA ORTIGA
JOSÉ SERRANO
REPRESENTANTE DA CANDIDATURA DA CULTURA AVIEIRA A PATRIMÓNIO NACIONAL
PAULO CONSTANTINO
PORTA VOZ DO PROTEJO - MOVIMENTO PELO TEJO

18H00 INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO
"PROTEGER O RIO, PRESERVAR A ÁGUA"

18H30 CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA E DE PINTURA

21h00 "VOGAR ENTRE PALAVRAS"
POESIA À BEIRA RIO
"LARGO DAS FESTAS"

22H00 "MÚSICA FLUVIAL"
RANCHO FLORÍDICO DOS PESCADORES DE TANCOS
BANDA "ARREGAITA"



V Jornadas Ibéricas

14 e 15.MAIO.2011 | AZAMBUJA | Auditório Municipal Pátio Valverde



POR UM TEJO VIVO

Em defesa do Tejo e dos seus afluentes





14. Relação com os Organismos da Administração e Governo

A. Participação pública na elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo

Participação: Presença em reuniões sobre as [Questões significativas da gestão da água na Região Hidrográfica do Tejo \(QSIGA\)](#) e apresentação das alegações do proTEJO ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo de [2009/2015](#) e [2016/2021](#)

B. Participação na 3ª e 4ª Reunião do Conselho da Região Hidrográfica do Tejo

Intervenção:

3ª Reunião - Comunicámos à ARH Tejo os problemas da Ribeira de Santa Catarina tendo ficado acordado o envio de uma exposição elaborada pela Associação de Moradores do Casal Sentista, Fontainhas e Covões.

4ª Reunião - Questionámos a ARH Tejo no sentido de saber se a avaliação que indica como vantajoso o aproveitamento hidroelétrico do açude de Abrantes integrou nos seus cálculos os valores de investimento necessários à construção de uma nova passagem para peixes, que ficou sem resposta.

C. Ministério do Ambiente

Objetivo: Promover a troca de informação e de análise da situação da bacia do Tejo

No âmbito do relacionamento com as entidades tutelares e autoridades do Ministério do Ambiente foram realizadas as seguintes reuniões:

- a) Reunião com o Secretário de Estado do Ambiente – Situação da bacia do Tejo– 18 de Abril de 2010
- b) Reunião com Agência Portuguesa do Ambiente – Qualidade da Água - 18 de Abril de 2017
- c) Reunião com Ministro do Ambiente – Poluição do rio Tejo e seus afluentes - 30 de Agosto de 2017

Foram ainda endereçadas aos Senhores Ministros do Ambiente de Portugal e Espanha as seguintes cartas:

[Carta Aberta ao Senhor Ministro do Ambiente - Mortandade de peixes devido à poluição do rio Tejo – Novembro de 2017](#)

[Carta ao Senhor Presidente da República – Mortandade de peixes devido à poluição do rio Tejo – Novembro de 2017](#)

[Carta Aberta ao Senhor Ministro do Ambiente – “Poluição do rio tejo” – Fevereiro de 2017](#)

[Carta Aberta ao Senhor Ministro do Ambiente - “Por um tejo vivo sem poluição” - Novembro de 2016](#)

[Carta Aberta ao Senhor Ministro do Ambiente - “Escassez de água e poluição no rio Tejo” – Maio de 2015](#)

[Carta Aberta ao Senhor Ministro do Ambiente - “Transvase Tejo-Segura” – Outubro de 2013](#)

[Carta à Senhora Ministra do Ambiente Espanhola sobre problemas da gestão da bacia hidrográfica do Tejo – Maio de 2010](#)

D – Parlamento

Objetivo: Informação e sensibilização de decisores políticos para a defesa do Tejo

Audiências com Grupos Parlamentares em 2010

Bloco de Esquerda – 2 de Fevereiro de 2010

Partido Socialista – 8 de Fevereiro de 2010

Partido Comunista Português – 25 de Fevereiro de 2010

Partido Ecologista Os Verdes” – 8 de Março de 2010

Audiência com a Comissão Parlamentar do Ambiente e Ordenamento do Território em 23 de Março de 2010

[Vídeo da Audição](#) na Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação em 12 de Janeiro de 2016

[Audiência na ArTV](#)

[Apresentação do proTEJO](#)

A Conferência de Líderes, realizada no dia **29 de novembro**, deliberou agendar a apreciação da [Petição n.º 264/XIII/2ª “CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO E SEUS AFLUENTES”](#), para a reunião plenária da Assembleia da República no dia 21 de dezembro de 2017.

15. Prémios

O proTEJO foi agraciado com a modalidade **“Coletivo”** do [Prémio Dragona Ibérica da Nova Cultura da Água / 2010](#) atribuído pela [Fundação Nova Cultura da Água](#) ao coletivo social que se tenha destacado por um amplo percurso em defesa dos valores da Nova Cultura da Água, na defesa de um rio ou de um ecossistema particular, contra ameaças da sua degradação.



Foi ainda agraciado com o Prémio “Padre Tajo 2010” atribuído pela [Plataforma em defesa dos rios Tejo e Alberche de Talavera de la Reina](#) em reconhecimento pelo trabalho na defesa, recuperação e valorização do nosso rio Tejo.



Em Portugal recebeu o “Galardão Ambiente” 2016 da [Rádio Antena Livre](#) e [Jornal de Abrantes](#) pelo trabalho desenvolvido na defesa do Tejo e o [Prémio “Quercus” 2017](#) da [Quercus - ANCN](#) pelo trabalho meritório que tem realizado na área do Ambiente, e pela sensibilização e defesa das várias causas ambientais em que se tem envolvido.



16. Carta Reivindicativa Ibérica em Defesa do Tejo

Mais de 70 municípios e organizações de cidadãos da bacia do Tejo em Portugal e Espanha organizados na Rede de Cidadania por uma Nova Cultura da Água no Tajo/Tejo e seus afluentes recusam a política de transvases do governo espanhol e exigem uma política de águas em Portugal e Espanha que garanta a preservação do Tejo.

Representantes dos movimentos de cidadãos em defesa do Tejo em Portugal e Espanha reuniram-se 16 de Janeiro, sábado, em Vila Nova da Barquinha (Portugal) para assinar a Carta Reivindicativa Ibérica em Defesa do Tejo. Esta Carta representa um marco por ser a primeira vez que a cidadania de ambos países trespassa fronteiras geográficas e se une em redor do princípio de unidade da bacia para exigir uma gestão do rio de acordo com os princípios da Nova Cultura da Água.

As populações ribeirinhas do Tejo em Portugal e Espanha enfrentam problemas e preocupações comuns e juntaram-se numa Rede de Cidadania com o objetivo comum de preservar o Tejo e os seus afluentes.

Por meio da [Carta Reivindicativa Ibérica em Defesa do Tejo](#) ([espanhol](#)) decidiram:

- 1º Exigir o direito à água em quantidade e qualidade na bacia do Tejo.
- 2º Recusar a política de transvases em Espanha, incluindo os transvases existentes e previstos.
- 3º Exigir a imediata supressão da reserva de 1.000 hm³ para transvases do Tejo prevista no Convénio de Albufeira.
- 4º Requerer a revisão do regime de caudais definido no Convénio de Albufeira no âmbito do atual processo de planeamento da gestão da região hidrográfica do Tejo.
- 5º Apresentar uma queixa à Comissão Europeia por considerar que não foi avaliado o impacto do Transvase Tejo – Segura sobre o estado ecológico do rio Tejo e que a política de transvases do Tejo em Espanha conduz a uma deterioração do bom estado das águas e coloca em risco o cumprimento da legislação comunitária na bacia hidrográfica do Tejo em Portugal e Espanha;
- 6º Solicitar à Comissão Europeia que promova a realização de um estudo de avaliação do impacte ambiental estratégico da política de transvases em Espanha.

IV. Organização

17. proTEJO – Movimento Pelo Tejo

O proTEJO é um movimento de cidadania em defesa do Tejo denominado "Movimento Pelo Tejo" que congrega todos os cidadãos e organizações da bacia do TEJO em Portugal, trocando experiências e informação, para que se consolidem e amplifiquem as distintas atuações de organização e mobilização social.

[Organização](#) e [Carta do Movimento](#)

[Lista de Organizações Aderentes](#) / [Grupos de Trabalho](#)

Relatórios de Atividades

[2009](#) – [2010](#) – [2011](#) – [2012/2013](#) – [2014/2015](#) – [2016/2017](#)

Planos de Atividades

[2009](#) – [2010](#) - [Desenv.](#) – [Estratégia](#) – [Carta](#) – [Comunicação](#) – [2010/11](#) - [2018/20](#)

18. Rede de Cidadania por uma Nova Cultura da Água do Tejo/Tajo e seus afluentes

[Organização](#) - [Lista de Organizações](#)